



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 18/12/2020 a 21/12/2020



Índice**Blog Sidney Silva | RN**

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ / DEL

Em Natal, Dr. Tadeu consegue garantia de inserir o CISCOM no Plano de Desenvolvimento Econômico Local

Notícias - 18/12/2020

7

Band Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Rio Grande do Norte será palco do Band Verão 2021

Notícias - 18/12/2020

8

Agência Sebrae de Notícias | RN

FECOMÉRCIO

Comitê de Negócios de Impacto define pauta estratégica para 2021

Notícias - 18/12/2020

9

Grande Ponto | RN**Amaro: Sistema S é indispensável a desenvolvimento econômico e social do Brasil**

Notícias - 18/12/2020

11

Estadão | RN**Guedes promete que não vai mais fazer promessas**

Notícias - 18/12/2020

12

Blog da Hilneth Correia | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Marcelo Queiroz participa do lançamento do projeto “Band Verão”

Notícias - 19/12/2020

13

Blog do FM | RN

SENAC RN

Senac-RN abre matrículas para cursos de Idiomas com aulas on-line e presenciais

Notícias - 19/12/2020

15

O Mossoroense | RN**Em meio à pandemia, vendas no fim de ano aquecem comércio local**

Notícias - 19/12/2020

16

NoMinuto | RN**Prefeitura publica protocolo para retorno das atividades da Rede Municipal**

Notícias - 19/12/2020

17

Estadão | DF**Governo quer medida provisória que exclui 500 mil de pagamento do BPC**

Notícias - 19/12/2020

18

Estadão | DF**Ultra quer vender rede de farmácias Extrafarma para focar em óleo e gás**

Notícias - 19/12/2020

19

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Um recorde com o DNA do comércio e dos serviços do RN

Notícias - 20/12/2020

20

Tribuna do Norte | RN

DEES / FECOMÉRCIO

Intenção de compras para o Natal 2020 cai no RN

Notícias - 20/12/2020

21

G1 | RN**Desembargador suspende decisão liminar e libera festa de fim de ano em Pipa**

Notícias - 20/12/2020

22

Tribuna do Norte | RN**Comissão defende combate à covid**

Notícias - 20/12/2020

23

Tribuna do Norte | RN

CNC

CNC amplia projeção de vendas no Natal deste ano

Notícias - 20/12/2020

24

O Globo | DF**A vida na planície**

Notícias - 20/12/2020

25

Veja | DF**Todos pela paz**

Notícias - 20/12/2020

26

Veja | DF**Minhas resoluções de ano-novo**

Notícias - 20/12/2020

29

O Globo | DF**Olho na reeleição**

Notícias - 21/12/2020

37

O Globo | DF**Bomba fiscal**

Notícias - 21/12/2020

38

Folha de São Paulo | SP**Auxílio emergencial é a única renda de 36% dos que receberam o benefício**

Notícias - 21/12/2020

39

Folha de São Paulo | DF**Governo aceita alíquota menor na fusão de PIS e Cofins se estados cederem**

Notícias - 21/12/2020

40

Folha de São Paulo | DF**Auditoria do TCU aponta erros em série do governo no combate à Covid**

Notícias - 21/12/2020

41



Valor Econômico | DF

Especialistas não veem chances de união derrubar desoneração da folha

Notícias - 21/12/2020

42

RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, o artigo publicado pelo jornal Tribuna do Norte, onde o presidente da Fecomércio/RN, Marcelo Queiroz, fala sobre o recorde na arrecadação de ICMS no mês de novembro. Com um volume quase 20% maior do que registrado no mesmo mês do ano anterior, o montante chegou a R\$ 592,9 milhões, surpreendendo as expectativas no ano marcado pela pandemia de covid-19. Para o presidente, o recorde histórico tem o DNA do esforço diuturno dos empreendedores de comércio, serviços e turismo, que seguem encarando batalhas diárias para conseguirem gerar ocupação e renda ao potiguar. O artigo está na página 20 do clipping.

O Jornal Tribuna do Norte, na página 24 do clipping, relata a ampliação na projeção de vendas para o Natal deste ano. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, revisou a expectativa de crescimento do volume de vendas no Natal, de 2,2% para 3,4%. Uma vez confirmada essa projeção, o setor experimentará o maior avanço real das vendas natalinas desde 2017.

O Estadão, na página 18 do clipping, traz que o governo deve editar uma medida provisória para restringir novamente os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O texto, com vigência imediata, pode excluir cerca de 500 mil brasileiros que teriam acesso à assistência caso o limite de renda para recebê-la fosse ampliado, como vinha sendo estudado. Ainda no Estadão, desta vez na página 19 do clipping, o grupo Ultra, dono dos postos Ipiranga, contratou o Bradesco BBI para encontrar comprador para a rede de medicamentos Extrafarma, adquirida por R\$ 1 bilhão há sete anos.

Projetos no Congresso para ajudar estados e municípios podem custar R\$ 589 bi à União, é o que aponta o jornal O Globo, na página 38 do clipping. A conta faz parte de um relatório do Tesouro Nacional sobre os riscos fiscais que rondam o Orçamento da União e inclui três propostas: o perdão pelo descumprimento do teto de gastos dos estados, a reformulação do Regime de Reformulação Fiscal e a permissão para crédito em troca de ajustes das contas.

A Folha de São Paulo destacou que o auxílio emergencial é a única renda de 36% dos que receberam o benefício, segundo pesquisa Datafolha realizada de 8 a 10 de dezembro. A dependência dessa política, no entanto, caiu nos últimos meses, período em que o valor pago pelo governo foi reduzido pela metade. No levantamento feito em agosto, 44% apontavam o auxílio como única fonte de renda. Esta matéria está na página 39 do clipping.

Em entrevista a Veja, a partir da página 29 do clipping, o ministro Paulo Guedes conta os momentos mais difíceis que enfrentou na pasta até aqui, afirma que a economia deve crescer pelo menos 4% em 2021 e que o Brasil vai se transformar na maior fronteira de investimentos do mundo. Em entrevista ao mesmo veículo, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, defende as atitudes do presidente da república em relação à Covid-19, diz que nenhum nome de centro tem chance de suplantar Bolsonaro em 2022, mas admitiu que o governo vem perdendo a guerra da comunicação na questão ambiental. Esta entrevista inicia a partir da página 26 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Sidney Silva - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 18/12/20 - **Cidade/UF:** RN

Título: Em Natal, Dr. Tadeu consegue garantia de inserir o CISCOM no Plano de Desenvolvimento Econômico Local **Impacto:** Positivo

Link: <https://sidneysilva.com.br/tag/ciscom>

Em Natal, Dr. Tadeu consegue garantia de inserir o CISCOM no Plano de Desenvolvimento Econômico Local

📅 18/12/2020 👤 Sidney Silva



Em Natal, Dr. Tadeu consegue garantia de inserir o CISCOM no Plano de Desenvolvimento Econômico Local

O prefeito eleito de Caicó Dr. Tadeu esteve reunido nesta sexta-feira (18), com o presidente do Conselho Deliberativo Estadual do Sebrae e presidente da FECOMÉRCIO Marcelo Queiroz, o superintendente Zeca Melo, Marcelo Toscano (presidente do Sebrae/RN), Pedro Medeiros (gerente do escritório regional do Sebrae – Caicó), representantes do SENAC e outros convidados, para a apresentação do Plano de Desenvolvimento Econômico Local (DEL).

Tadeu apresentou dentro dessa perspectiva o projeto do CISCOM (Complexo Industrial, de Serviços e Comércio do Seridó), que será viabilizado na sua gestão, para o fomento da economia da cidade que abrigará produtos de toda a região.

Tadeu saiu da reunião com a boa notícia que o CISCOM estará inserido dentro do plano de estruturação de turismo e desenvolvimento local.

É importante destacar a importância das parcerias que Tadeu buscará para a gestão que irá viabilizar grandes melhorias para a cidade.

"Dentro da proposta do DEL, o Sebrae se propõe a articular iniciativas que irão melhorar o ambiente de negócios e que contribuirão para o desenvolvimento econômico do espaço. Recebemos a garantia de que o CISCOM estará inserido nesse plano que será de grande importância também para a geração de emprego e renda", destacou Tadeu.

Veículo: Band Notícias RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 18/12/20 - **Cidade/UF:** RN
Título: Rio Grande do Norte será palco do Band Verão 2021 **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.bandnoticiasrn.com.br/rio-grande-do-norte-sera-palco-do-band-verao-2021>
 021



Foto: Robson Araújo

Entretenimento Turismo

Rio Grande do Norte será palco do Band Verão 2021

11 de dezembro de 2020 - Da Redação

Em mais uma ação para fomentar o turismo potiguar, a governadora Fátima Bezerra lançou a programação do projeto Band Verão 2021, do grupo Bandeirantes, que foi gravado no Rio Grande do Norte e irá ao ar em janeiro. O evento ocorreu nesta sexta-feira (18), no Centro de Convenções de Natal, com a participação da atriz potiguar Alice Carvalho e do jornalista e diretor de conteúdo artístico da Band, Zeca Camargo.

O Governo do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado do Turismo (Setur) e da Empresa de Promoção Turística Potiguar (Empotur), dá continuidade às ações do Plano de Retomada Turística e investe na divulgação do estado potiguar como um destino turístico atraente e seguro.

"Com alegria imensa anunciamos que o RN será palco do Band Verão. A equipe ficou impressionada com as belezas do nosso estado. Não será só o litoral, teremos sertão e Agreste na programação. Nos sentimos honrados com a presença de toda equipe da emissora. Faremos todos os esforços dentro do contexto da retomada da economia. A parceria foi firmada com a finalidade de promover e divulgar o estado nacionalmente mostrando suas belezas. Contudo, o RN tem uma identidade cultural muito forte, somos a terra de Câmara Cascudo. Nesse maior bem é o povo", afirmou a chefe da Executiva.

Ainda de acordo com a governadora, "essa ação é grande importância na promoção do turismo, uma das nossas principais atividades econômicas e duramente afetada pela pandemia. Por isso a sensibilidade do governo para firmar essa parceria. A cadeia do turismo é umas das que mais geram empregos no Rio Grande do Norte e merece protagonizar um programa tão tradicional e de grande audiência nacional".

O projeto inclui boletins turísticos e programas gravados em locais estratégicos do estado para exibição nacional. Além disso, a programação também engloba as práticas esportivas, com a apresentadora Glenda Koslovsky, episódios do programa The Chef com Edu Guedes, explorando a gastronomia local, e uma série de boletins de um minuto com dicas e curiosidades sobre o RN.

As gravações foram realizadas em diversas cidades como Natal, Pira, São Miguel, Currais Novos, Caicó, Mossoró, Maracás, Passa e Fica, Serra de São Bento, Nísia Floresta, São Gonçalo do Amarante, Paranaíba, entre outros municípios.

A equipe de gravação foi composta por profissionais do Governo do Estado, da produtora local (Center Vídeo) e da equipe da Band Nacional. Antes das gravações, todos os participantes, equipe e convidados, fizeram testes rápidos para Covid-19.

A ação envolveu, além da pasta de Turismo, as secretarias de estado do Desenvolvimento Econômico, Educação e Esporte, Saúde, Segurança e Defesa Social, Fundação José Augusto, Polícia Militar e prefeituras.

O jornalista e diretor de conteúdo artístico da Band, Zeca Camargo, enfatizou a dimensão do trabalho realizado no estado, "podemos comprovar as belezas e teremos uma responsabilidade grande de retratar da melhor forma as paisagens e os lugares que visitamos. Também vamos abordar assuntos como gastronomia, esporte e apresentações artísticas. Queremos levar o Rio Grande do Norte para todos os cantos do Brasil. Convidamos todos para assistir e acompanhar nossa aventura".

Para a atriz potiguar, Alice Carvalho, "uma iniciativa fundamental para o nosso turismo. A equipe saiu do roteiro óbvio e deu espaço para uma nova geração de artistas potiguares e lugares incríveis".

O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, destacou que "fomos convidados para participar do projeto que irá impulsionar nossa atividade turística, e assim a economia em todo o estado".

Participaram do evento o vice-governador, Antenor Roberto, os secretários Carlos Eduardo Xavier (Tributação), adjunto Leandro Prudente (Turismo), Guis Dantas (Comunicação), vice-presidente da Empotur, Rafael Varela, a vice-presidente da Sindetur, Decca Bolenha, delegacia da Deatur, Ana Paula Diniz, diretor Regional do Senac, Raniery Pimenta, diretor regional do Sesc, Fernando Virgílio, e a presidente da Abav, Michele Pereira.

A programação compreende os seguintes formatos:

- Quatro episódios do programa The Chef com Edu Guedes. 2 horas de duração. O programa vai explorar a gastronomia local, desde a gíria com tapioca, passando pelo camarão e os queijos do Sertão.
- Quatro episódios do programa Band Verão com Zeca Camargo. 1 hora de duração. Explorando a cultura e os artistas potiguares, e as atrações turísticas para o verão, desde os passeios no litoral ao turismo religioso.
- Quatro séries especiais para o Esporte com Glenda Koslovsky. Explorando, entre outros temas, o surf em Baía Formosa, com Italo Ferreira, e os esportes de vento em São Miguel do Gostoso e Jucris.
- O Música na Band faz shows gravados no Complexo Cultural da Rampa, das bandas e cantores: Meim, Saia Rodada, Xand Avião, Marcia Falje, Roberta Sá, Dinho Ouro Preto.
- Os artistas locais, escolhidos pela Fundação José Augusto, estiveram presentes em todos os episódios de gravação, entre eles: DuSouto, Laita e os Alquimistas, Pedrinho Meolles, Sergio Groove, Samara Alves, Junior Groovador, Quarteto Laita, Ayrá Soares, Deusa do Ferrô.
- Artistas e influenciadores potiguares também participaram.
- Triata boletins de 1 minuto com dicas e curiosidades sobre o RN e o verão.
- Alguns temas abordados nesses boletins são: Maior cajureiro do mundo; reodiras e bordadeiras; maior produtor de sal do mundo; desova de tartarugas; área de proteção de golfinhos; terra de mulheres fortes; exportador de fruticultura; protocolos de segurança + Fecomércio; capacidade da rede hoteleira; energias renováveis; grandes nomes do esporte potiguar, etc.

Veículo: ASN - Agência Sebrae de Notícias - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 18/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Comitê de Negócios de Impacto define pauta estratégica para 2021 **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.rn.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/RN/comite-de-negocios-de-impacto-define-pauta-estrategica-para-2021,6553e8ae55676710VgnVCM1000004c00210aRCRD>

Comitê de Negócios de Impacto define pauta estratégica para 2021

Entidades definem as propostas prioritárias no âmbito de políticas públicas para fomentar o segmento dos negócios de impacto socioambiental no Rio Grande do Norte no próximo ano.

18/12/20 às 16:15 - Por: Redação

Agência Sebrae



Jovens empreendedores de negócios de impacto social

Natal – As ações prioritárias de políticas públicas para o fomento aos negócios de impacto no Rio Grande do Norte a partir do próximo ano estarão pautadas nos eixos econômicos, político-institucional e estratégico. As propostas prioritárias de políticas públicas para 2021 foram elencadas, durante a última reunião do ano do Comitê Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social (CENIS), realizada remotamente no dia 11. Durante o encontro online, a gestora do projeto Negócios de Impacto Social no Sebrae do Rio Grande do Norte, Mona Paula Nóbrega, também apresentou os principais resultados obtidos com ações executadas, conforme as metas do projeto ao longo do ano.

Entre as medidas econômicas, estão a criação de linhas de microcrédito

orientado, com condições específicas, para negócios de impacto a partir daqueles já existentes e estruturação de fundos de investimentos para negócios que têm alcance socioambiental. Já as propostas político-institucional envolvem a Agência de Fomento do Estado (AGN) como a catalizadora de capital no âmbito do governo do estado, assim como a publicação do decreto enquadramento dos empreendimentos em negócios de impacto e o plano estadual de fomento a esses empreendimentos, entre outras.

Veículo: ASN - Agência Sebrae de Notícias - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 18/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2

Título: Comitê de Negócios de Impacto define pauta estratégica para 2021

Link: <http://www.rn.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/RN/comite-de-negocios-de-impacto-define-pauta-estrategica-para-2021,6553e8ae55676710VgnVCM100004c00210aRCRD>

Na parte estratégica, a ideia é criar um hub de inovação com o objetivo de trazer soluções de impacto social para os desafios da gestão pública estadual, visando oferecer melhores serviços ao cidadão. O comitê propõe ainda a discussão do tema Negócios de Impacto Social junto à Frente Parlamentar de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Assembleia Legislativa e uma articulação permanente com o EniImpacto, que é o Comitê da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto. Além de representantes do Sebrae, participaram da reunião o secretário de Desenvolvimento Econômico do RN, Jaime Calado, que preside o comitê, e o coordenador da Assessoria Técnica da Sedec, Guido Salvi.

Agência sebrae



Aplicativo Upsaúde, um bom exemplo de negócios de impacto



Na avaliação da analista técnica do Sebrae-RN, Mona Paula, apesar das dificuldades, 2020 foi um ano muito proveitoso, uma vez que todos os programas de aceleração e de pré-aceleração, assim como as demais iniciativas e eventos planejados pelo Sebrae foram executados. "Conseguimos atender dentro dos programas de aceleração mais de 40 negócios de impacto social. Iniciamos um processo de atendimento aos afroempreendedores potiguares e à diversas mulheres e negócios periféricos do estado, fomentando os negócios de impacto, também, na base da pirâmide, além disso, realizamos mais de mil atendimentos com foco no empreendedorismo social. Então, foi um ano muito proveitoso e tivemos importantes avanços grandes avanços", avalia.

A gestora do projeto destacou a importância do comitê estadual e essa parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Sedec), que vai fazer um mapeamento dos negócios de impacto. "É um reconhecimento da importância desses empreendimentos porque, além da geração de divisas e de empregos, geram também impacto positivo onde estão atuando. Então, é muito importante a atuação do comitê. O Rio Grande do Norte é um dos poucos estados brasileiros a ter essa entidade formalizada. E esse é um cenário muito importante para justamente apoiar esses negócios, esses empreendedores sociais. Estou convicta de que em 2021 colheremos muitos bons resultados", destaca Mona Paula.

O Comitê da Estratégia Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social é formado pelas secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), Tributação (SET), Planejamento (SEPLAN), Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS); Agência de Fomento do Estado (AGN), Junta Comercial do Estado (JUCERN), UERN, UFRN, IFRN, UFRSA, UNP, UNI-RN, Unifacex, Banco do Brasil, Banco do Nordeste (BNB), FIERN, Fecomércio, Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojista (FCDL), FAERN, FACERN, SEBRAE, OCERN, ECOSOL, CEPAS, EGOSTOSO e IMPACTA NORDESTE. O comitê conta também com convidados da sociedade civil.

Veículo: Grande Ponto - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 18/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Amaro: Sistema S é indispensável a desenvolvimento econômico e social do Brasil **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.grandeponto.com.br/noticia/amaro-sistema-s-e-indispensavel-a-desenvolvimento-economico-e-social-do-brasil>

Amaro: Sistema S é indispensável a desenvolvimento econômico e social do Brasil



O presidente da Fiem, Amaro Sales, divulgou artigo onde sai em defesa do Sistema S. Confira abaixo, na íntegra.

A defesa do Sistema “S” – por Amaro Sales de Araújo

O Sistema “S” é privado, competente, fiscalizado por dentro e por fora, um dos melhores modelos em relação à educação e qualificação profissional. Já conversamos um pouco, em outros artigos, sobre o Sistema “S”. São ramos da atividade produtiva – criados pela atuação de empresários há décadas – manifestados no SEBRAE, Sesi, SENAI, IEL, SESC, SENAC, SENAR, Sest, SENAT. Instituições privadas, reconhecidas pela qualidade de seus produtos, serviços e pela credibilidade da atuação em todo o território nacional. Algo, portanto, que, comprovadamente, vem dando certo, especialmente, na promoção da educação, seja fundamental ou técnica, fator indispensável ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O financiamento que nutre o Sistema “S” é oriundo das empresas privadas. Não vem do orçamento próprio do Governo e também não onera o trabalhador. Mesmo assim, como entidades privadas, são auditadas, prestam contas, assumem e honram compromissos com a transparência e o controle de gastos.

Por sua vez, todas as casas do Sistema “S” se notabilizaram, ao longo de décadas, pela qualidade de seus produtos e serviços. O Sistema Indústria, em particular, através do Sesi e SENAI representam, em apertada síntese, duas das mais importantes instituições do País, com números expressivos, sobretudo, em relação à educação, fator preponderante para o desenvolvimento econômico.

Ademais, o Sistema “S” tem lastro constitucional consolidado há décadas, ou seja, qualquer tentativa de mutilação em seu formato ou financiamento é uma grave quebra da segurança jurídica e um precedente perigoso para que, adiante, outras instituições e empresas sejam invadidas pela indevida intervenção estatal.

Os líderes e gestores públicos, antes de qualquer debate acerca de eventuais mudanças, devem conhecer o Sistema “S”. Opinar por extinguir ou mudar gravemente um serviço que funciona e cujo financiamento não é público, no mínimo, é um grande desconhecimento em relação ao tema. E para qualquer decisão que se deseje adotar, algumas premissas são comuns: conhecer bem o assunto; dispor das informações corretas; buscar a eficácia da medida adotada. Quem conhece o Sistema “S”, o defende e sabe de sua importância estratégica para o Brasil.

Enfim, as instituições do Sistema “S” merecem respeito e reconhecimento! Geram, onde atuam, educação, qualidade de vida, formação de líderes e sustentabilidade. É um modelo exitoso. Está dando certo! Trabalhar contra o Sistema “S” é pensar menor, é desejar um país fora do eixo da competitividade.

Amaro Sales de Araújo, industrial, atualmente presidente do Sistema FIERN e da Associação Nordeste Forte e Diretor-Secretário da CNI.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 18/12/20 - **Cidade/UF:** DF
Título: Guedes promete que não vai mais fazer promessas **Impacto:** Neutro

Guedes promete que não vai mais fazer promessas

Ministro chama de 'negacionista' quem diz que ele não está fazendo as entregas esperadas e deseja saúde e vacinação para todo mundo

**Lorena Rodrigues
 Idiana Tomazelli** / BRASÍLIA

Criticado por não cumprir o prazo de promessas que fez sobre temas como privatizações e votações no Congresso Nacional, o ministro da Economia, Paulo Guedes, fez uma nova: de que agora não promoverá mais nada.

"Acabou. Não prometo mais nada. [Agora, só digo] 'Espero que Congresso aprove. Felicito o Senado pela aprovação'. Aprendi", disse ontem em coletiva de imprensa para um balanço das ações do ministério este ano: "Falei 'em 15 semanas va-

mos mudar o Brasil'. Não mudou nada, teve a pandemia. Agora a mesma coisa. 'Vamos anunciar em 90 dias as privatizações', aí descubro que tem um acordo político para inviabilizar e não pautar. Aí a conta vem de novo, 'ele não entrega'."

O ministro chamou de "negacionista" quem diz que ele não está fazendo as entregas esperadas na área econômica. "Toda vez que fiz promessa, foi depois de conversas políticas. Sou acusado toda hora de não entregar, estamos entregando alucinadamente. Existe uma campanha negacionista, não científica, de acusações [contra a equipe]."

Ele, no entanto, reconheceu que não fez tudo o que gostaria, mas disse que há um reconhecimento do mercado em relação ao seu trabalho. "A Bolsa tá no máximo, o dólar caiu, mas negacionismo diz que situação fiscal está cada vez mais complicada. Claro que queremos fazer reforma fiscal, a prioridade é o pacto federativo", completou.

Ele admitiu, porém, que esperava avançar com mais ímpeto nas reformas econômicas. Em dois anos de governo e com uma pandemia no meio do caminho, apenas uma das grandes reformas (a da Previdência) foi aprovada pelo Congresso, e as

● Eixo político
"Só achamos nosso eixo político agora."

"Pode ser que realmente eu não consiga entregar algumas coisas, aí vou pedir desculpas."

Paulo Guedes
 MINISTRO DA ECONOMIA

privatizações patinam nas resistências políticas à redução da participação estatal em empresas. "Eu esperava avançar com mais ímpeto? Sim", respondeu. O ministro disse que até ago-

ra não se sabe se o governo é reformista ou não porque "na hora da verdade chegou um vendaval". "Só achamos nosso eixo político agora", disse.

Agora, com uma base aliada mais ampla no Congresso, Guedes disse que, pautando as reformas, será possível ver se o governo é reformista ou não: "Pode ser que realmente eu não consiga entregar algumas coisas, aí vou pedir desculpas."

Mesmo tendo avançado menos que esperava, Guedes disse achar que o governo e o País reagiram bem ao teste imposto pela tragédia da covid-19. Ele ainda fez um aceno ao presidente

da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tido hoje como seu desafeto após uma série de desentendimentos entre os dois.

"Apesar de disfuncionalidades, o presidente da Câmara nos ajudou. Compreendemos quando houve caminhos bloqueados, mas queremos superação disso", afirmou. A disfuncionalidade, na visão de Guedes, é o fato de Maia não ter pautado propostas que foram plataforma de campanha de Bolsonaro.

Em tom amigável, defendeu que não se pode entrar num clima de briga, de ódio. E concluiu a coletiva desejando "saúde e vacinação para todo mundo".

Ministro e presidente do BC se contrapõem a discurso antivacina

Ao contrário de Bolsonaro, Guedes e Campos Neto defendem imunização contra covid para reativar economia

Fabrício de Castro / BRASÍLIA

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro coloca em dúvida a eficácia da vacinação contra a covid-19, os dois principais nomes da equipe econômica do governo defendem publicamente a imunização. Nos últimos dias, o pre-

sidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, se colocaram como contraponto ao discurso antivacina do presidente.

Tanto Campos Neto quanto Guedes defendem a vacinação em massa da população como essencial para que a economia, de fato, se recupere em 2021.

Na quinta-feira, Campos Neto foi questionado durante coletiva de imprensa sobre até que ponto um atraso na vacinação no Brasil prejudicaria as projeções de crescimento do Produ-



Do mesmo lado. Tanto Campos Neto (C) quanto Guedes defendem a vacinação em massa

to Interno Bruto (PIB) no próximo ano. Pelo cálculo do BC, o PIB vai crescer 3,8% em 2021, após recuar 4,4% este ano.

"Se houver atraso de vacina que implique mobilidade menor, haverá impacto na atividade. Mas temos de esperar um

pouco para ver qual será o impacto disso, como será a logística e como a população vai reagir a isso", afirmou Campos Neto, sem citar até que ponto o atraso pode retirar pontos do crescimento no próximo ano.

Entre a equipe econômica, há

o receio de que a demora em imunizar a população force um novo processo de isolamento social, com novos impactos na economia. Campos Neto tem defendido, inclusive, que é mais barato vacinar do que pagar novas parcelas de auxílio

emergencial à população de baixa renda.

Ontem, foi a vez de o ministro da Economia afirmar que a vacinação em massa da população será o "capítulo mais importante" da pandemia. "O retorno seguro ao trabalho exige vacinação em massa da população", disse Guedes. "A luta não foi vencida, não está encerrada."

Na terça-feira, o presidente voltou a desestimular a vacina. "Eu não posso falar. Como cidadão é uma coisa e como presidente é outra. Mas como eu nunca fugi da verdade, eu digo: eu não vou tomar a vacina. Se alguém acha que a minha vida está em risco, o problema é meu e ponto final", afirmou numa entrevista ao apresentador José Luiz Datena, da TV Band. Bolsonaro voltou a dizer que o vírus é "que nem chuva" - "vai pegar em todo mundo" e que a vacinação não pode ser obrigatória.

Veículo: Hilneth Correia - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/12/20 - **Imagem:** 1/2

Título: Marcelo Queiroz participa do lançamento do projeto "Band Verão" **Impacto:** Positivo

Link: <https://hilnethcorreia.com.br/2020/12/19/marcelo-queiroz-participa-do-lancamento-do-projeto-band-verao>

MARCELO QUEIROZ PARTICIPA DO LANÇAMENTO DO PROJETO "BAND VERÃO"



By Hilneth Correia

Posted on 19 de dezembro de 2020



Veículo: Hilneth Correia - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/12/20 - **Imagem:** 2/2

Título: Marcelo Queiroz participa do lançamento do projeto "Band Verão"

Link: <https://hilnethcorreia.com.br/2020/12/19/marcelo-queiroz-participa-do-lancamento>

-do-projeto-band-verao

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, participou nesta sexta-feira (18/12), da coletiva de lançamento da programação do Band Verão, gravado em várias regiões do estado. Acompanhado dos diretores Regionais do Sesc, Fernando Virgílio, e do Senac, Raniery Pimenta, o dirigente reafirmou a parceria que o Sistema possui em fomentar o turismo.

"O Sistema Fecomércio RN foi convidado pelo Governo do Estado para ser parceiro deste projeto, e aderiu de imediato por entender a importância de uma ideia que vem para servir como impulsionador da nossa atividade turística. A Band tem forte presença na região Sudeste do país, um polo que responde por mais de 30% dos turistas nacionais que visitam o Rio Grande do Norte. Com o programa, os possíveis turistas ficarão encantados pelas nossas cidades e irão programar viagens para conhecer de perto nossas belezas", comentou Queiroz.

Os apresentadores Zeca Camargo, Glenda Kozlowsky e Edu Guedes estiveram hospedados no Hotel-Escola Senac Barreira Roxa. Além disso, nossa cozinha serviu de cenário para o programa gastronômico de Edu Guedes, e a nossa cultura foi abordada em matéria gravada no Sesc Rio Branco. Os programas irão ao ar a partir do dia 8 de janeiro até o final do mês, sendo mais de 20h de programação dedicada às belezas do Rio Grande do Norte.

O presidente Marcelo Queiroz pontuou, ainda, que o Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac, e outras entidades do segmento, trabalharam na construção e execução do Plano de Retomada do Turismo, que aplicou diversas ações para garantir a saúde pública, visando a retomada gradativa do turismo. O Senac RN ofereceu, entre os meses de junho e dezembro mais de 1.500 vagas gratuitas em cursos de biossegurança para profissionais do segmento turístico.

Veículo: Blog do FM - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 19/12/20 - **Cidade/UF:** RN
Título: Senac-RN abre matrículas para cursos de Idiomas com aulas on-line e presenciais **Impacto:** Positivo
Link: <https://blog.flaviomarinho.com.br/senac-rn-abre-matriculas-para-cursos-de-idiomas-com-aulas-on-line-e-presenciais-2>

Cidades

Senac-RN abre matrículas para cursos de Idiomas com aulas on-line e presenciais

19 de dezembro de 2020 às 08:00 • Comentar

3,5 MIL VAGAS ESTÃO SENDO OFERECIDAS NOS CURSOS DE INGLÊS, ESPANHOL, FRANCÊS, ITALIANO E ALEMÃO. FOTO: DIVULGAÇÃO

O Senac RN está com matrículas abertas para cursos de Idiomas no primeiro semestre de 2021. Para o próximo ano, os novos alunos terão a possibilidade de escolher o curso on-line ao vivo ou presencial, nas unidades do Senac em Natal (Zona Norte, Zona Sul e Alecrim) e Mossoró. Estão sendo oferecidas 3,5 mil vagas nos cursos de Inglês, Espanhol, Francês, Italiano e Alemão. Para quem já possui algum conhecimento no idioma de interesse, o Senac RN disponibiliza o teste de nivelamento, que estará disponível para agendamento a partir do dia 20 de janeiro, no site <http://nivelamento.rn.senac.br/>.

Os testes serão realizados em duas etapas, de forma online, no período de 01 a 08 de fevereiro (escrito) e 09 a 12 de fevereiro (oral). As aulas estão previstas para iniciar no dia 22 de fevereiro, com o limite máximo de 12 alunos por turma no formato presencial.

Veículo: Jornal O Mossoroense - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/12/20 - **Cidade/UF:** Mossoró / RN

Título: Em meio à pandemia, vendas no fim de ano aquecem comércio local **Impacto:** Neutro

Link: <https://www.omossoroense.com.br/em-meio-a-pandemia-vendas-no-fim-de-ano-aquecem-comercio-local>

Em meio à pandemia, vendas no fim de ano aquecem comércio local

Na reta final do ciclo natalino, lojistas buscam atrair mais consumidores

On 19 de dezembro de 2020



Apesar do contexto atípico, o comércio mossoroense aqueceu nos últimos meses. A decoração natalina na cidade, festividades de Santa Luzia e o ciclo natalino contribuíram para que a economia local voltasse a mostrar resultados positivos durante à pandemia do novo coronavírus.

Michelson Frota, presidente do Sindilojas Mossoró, destaca que o comércio aqueceu em virtude do auxílio emergencial e diversos empregos informais que surgiram ou se fortaleceram neste período. A economia do Rio Grande do Norte também mostrou bons resultados no último semestre, por cinco meses apresentou saldo positivo no mercado formal de empregos, principalmente em outubro, em que foram +4.763 vagas com carteira assinada, como aponta dados do Ministério da Economia – CAGED.

Material para o Sidivarejo Mossoró – DADOS DE MOSSORÓ

A Black Friday promovida pela FCDL-RN e Câmaras de Dirigentes Lojistas do RN em parceria com a CDL – Mossoró, realizada entre os dias 26 a 28 de novembro, contou com a participação de 74 lojas, dos mais variados setores, e levou inúmeros consumidores ao centro da cidade.

O ciclo natalino, que marca este período em Mossoró, começou no sábado (5) e se estende até a virada do ano. Neste final de semana que antecede o Natal, o comércio funcionará hoje (19) das 8h às 18h e amanhã (20) das 9h às 14h. De segunda a quarta-feira (23), o comércio terá 2h a mais, em funcionamento das 8h às 20h. Com exceção dos shoppings, no réveillon as lojas funcionarão das 8h às 14h.

Deyvisson Barros, diretor comercial da empresa Mister Capas, afirma que as vendas no estabelecimento estão razoáveis, mas que a equipe segue confiante que o mercado logo se estabilizará. “Fazendo um comparativo com dezembro de 2019 tivemos uma queda de quase 30% devido ao momento de recessão. De qualquer forma, estamos confiante que logo o mercado volta ao seu ápice de vendas.”

Ele também confere os números positivos ao benefício do governo e apontou ainda que as vendas por delivery aumentaram significativamente neste momento. “Devido ao auxílio emergencial e a retomada de alguns seguimentos do mercado, o comércio de serviços como um dos principais pilares da economia, sempre colaborou fomentando emprego e renda mesmo com as atividades em Lockdown. O comportamento do consumidor de forma digital, nos ajudou a criar estratégias de vendas por delivery, no qual tivemos um crescimento de quase 50% nesse nicho.”, explicou o diretor.

Diante do aumento de casos do COVID-19 e considerando também a taxa de ocupação dos leitos críticos e clínicos na região Oeste, é necessário que os estabelecimentos comerciais cumpram o protocolo sanitário de segurança a fim de que a economia possa continuar crescendo de maneira segura.

Veículo: NoMinuto.com - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Prefeitura publica protocolo para retorno das atividades da Rede Municipal **Impacto:** Neutro
Link: <https://nominuto.com/Noticias/educacao/prefeitura-publica-protocolo-para-retorno-das-atividades-da-rede-municipal/210971>

Prefeitura publica protocolo para retorno das atividades da Rede Municipal

Rede engloba 72 escolas de Ensino Fundamental e 74 centros municipais de Educação Infantil.

Da redação, Prefeitura do Natal, 19 de dezembro de 2020

[Compartilhar 0](#) [Tweetar](#)

Arquivo/Agência Brasil



Rede municipal engloba 72 escolas de Ensino Fundamental e 74 centros municipais de Educação Infantil.

O ano de 2020, não será esquecido em virtude das problemáticas e traumas vivenciados pela população mundial, devido à pandemia da covid-19, que de modo global colocou todo o planeta em um isolamento social compulsório, o que provocou a suspensão de aulas em todo o mundo. Diante do contexto, a Prefeitura do Natal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, publicou na edição do Diário Oficial do Município (DOM) de ontem (18), o protocolo para retorno das atividades escolares da Rede Municipal de Ensino.

A secretária municipal de Educação, professora Cristina Diniz, explica que o Plano visa apresentar ações essenciais ao retorno da comunidade escolar ao espaço educativo, considerando a importância da criança e do jovem prosseguirem em sua vida estudantil.

No documento, é apresentado providências, cujo principal objetivo foi norteado pela proteção à vida, evitando não deixar pontos sem discussões, ações efetivas, como também apresentar cuidados relativos à saúde psicológica de crianças, jovens e adultos com e sem deficiência, ações que contemplem os vários segmentos constitutivos do espaço e fazer escolares.

De acordo com o plano de ação de retorno das aulas 2020/2021, com a progressiva diminuição da taxa de contágio, os sistemas de ensino reorganizam o retorno às atividades escolares na premissa de que esse retorno precisa acontecer de modo seguro para todos, pois enquanto não houver vacina, haverá sempre um risco iminente de contaminação. Ainda mais, disseminado no espaço escolar, que é característico por aproximações físicas e afetivas entre profissionais da Educação e seus estudantes, independente do nível de escolaridade.

A Rede engloba 72 escolas de Ensino Fundamental e 74 centros municipais de Educação Infantil, distribuídas pelas quatro regiões administrativas da cidade. A Rede atende 58 mil estudantes, soma-se a este universo 3.365 professores, 1.024 educadores infantis, 2.741 funcionários, 1.375 estagiários, sem contabilizar o quantitativo de familiares, integrantes da comunidade escolar, onde serão necessárias novas formas de cuidado, segurança e comportamento.

A Comissão Intersetorial para criação de protocolos de retorno das atividades escolares da Rede Municipal de Ensino foi composta por secretários da SME, diretores de departamentos e chefes de setores, por membros do Fórum de Gestores das Escolas Municipais de Natal, representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN, membros do Conselho Municipal de Educação, Conselho Escolar e Comitê Científico da Prefeitura do Natal.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/12/20 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo quer medida provisória que exclui 500 mil de pagamento do BPC **Impacto:** Neutro

B1 | SÁBADO 19 DE DEZEMBRO DE 2020
INCLUI CLASSIFICADOS
ESTADO DE S. PAULO



ECONOMIA & NEGÓCIOS

IMÓVEL SÓLIDO COMO SEMPRE, SEGURO COMO NUNCA E COM A MENOR TAXA DE JUROS DA HISTÓRIA.

TEGRA
INCORPORADORA

Programa social. MP deve restabelecer critério antigo para concessão de benefício – pago hoje a 4,9 milhões de brasileiros – a quem tem renda domiciliar até 1/4 de salário mínimo por pessoa; artigo da lei do auxílio emergencial permitia elevar a linha de corte a meio salário

Governo quer medida provisória que exclui 500 mil de pagamento do BPC

Milena Tomazelli / BRASILIA

O governo deve editar uma medida provisória (MP) para restringir novamente os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, a partir de 2021. O texto, com vigência imediata, pode excluir cerca de 500 mil brasileiros que teriam acesso à assistência caso o limite de renda para recebê-la fosse ampliado, como vinha sendo estudado. Essas pessoas teriam de recorrer à Justiça para obter o benefício.

A medida já está na Casa Civil, mas não é unânime dentro do governo, gerou embate entre ministros e deve provocar desgaste com o Congresso, que já tentou mais de uma vez ampliar o alcance do benefício – pagou hoje a 4,9 milhões de brasileiros. A política sem rumo momento já de pressão pelo fim do auxílio emergencial a vulneráveis, pelo temor de aumento nas taxas de pobreza e pela demanda maior por programas sociais no País.

Tês fontes de governo confirmaram ao *Estadão|Brazilia* que a MP deve restabelecer o critério antigo de conceder o BPC a quem tem renda domiciliar até 1/4 de salário mínimo por pessoa (R\$ 261,55). Esse valor já estava em vigor em 2020, mas um artigo da lei do auxílio emergencial permitia elevar a linha de corte a meio salário (R\$ 523,10), conforme o grau de vulnerabilidade. O decreto de regulamentação, porém, nunca foi editado, o que na prática tornou o dispositivo sem efeito.

A última investida do Parlamento para ampliar o alcance do BPC foi em março, quando os congressistas esticaram o limite de renda até meio salário mínimo, independentemente do grau de vulnerabilidade. O episódio gerou uma crise na equipe econômica. A medida teria um custo adicional de cerca de R\$ 20 bilhões por ano, para um programa que já custa cerca de R\$ 62 bilhões, e foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Com o veto, o BPC ficou sem regra de concessão a partir de 2021, o que deixaria o governo sem base legal para autorizar novas inclusões no programa a partir de 1º de janeiro. Por isso, a nova MP precisa ser publicada até o fim do ano para não deixar ninguém de fora.

Técnicos do Ministério da Cidadania e do INSS passaram a costurar um decreto para regulamentar as novas concessões. A ideia era manter o critério de 1/4 de salário como regra geral, mas permitir a ampliação dessa faixa de renda a 1/2 ou 1/3 do salário mínimo quando a vulnerabilidade fosse mais acentuada. A medida foi ao encontro de uma decisão já proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu que o critério de renda insuficiente para classificar, sozinho, se a pessoa é ou não vulnerável.

Em setembro, a mudança permitia a inclusão de quase 500 mil pessoas no BPC, com um custo adicional de R\$ 5,8 bilhões por ano. O gasto a mais seria compensado com a redução de custos hoje arcados pela judicialização e com medidas de combate às fraudes, que juntas podem poupar até R\$ 10 bilhões.

PRÉ-LANÇAMENTO



DIAMOND JARDINS

MORE COM EXCLUSIVIDADE NOS JARDINS





2 E 3 DORMS.
60 m² a 103 m²



LAZER DISTRIBUÍDO EM DOIS ANDARES (1º e 2º)



ELEVADORES DE ALTA VELOCIDADE COM CONTROLE DE ACESSO



ESTAÇÃO PARA CARREGAMENTO DE CARROS ELÉTRICOS



PET PLACE COM JARDIM

VISITE O DECORADO E CONHEÇA ESSA PRECIOSIDADE.

RUA JOSÉ MARIA LISBOA, 678 - JARDINS - SÃO PAULO

11 3051-2725
DIAMONDJARDINS.COM.BR

PLANEJAMENTO E VENDAS



COELHO DA FONSECA
PRIVILEGIADA SÓLIDAMENTE

INCORPORAÇÃO, CONSTRUÇÃO E VENDAS



somattos
ONDE A GENTE QUEM ESTAR

Incorporação registrada sob o nº 2.248.955 em 06/12/2020 no 4º Oficial da Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Para saber mais detalhes e ser contratado, os imóveis, assessorias e serviços de decorado são oferecidos separadamente. Não há depósito de contrato de compra e venda. Os materiais de acabamento construídos nos apartamentos, construídos separadamente sobre assecuradas. Antes de fechar confirme o NRE nº 12.521. Em virtude de condições técnicas, as dimensões, equipas e materiais poderão ser ajustados a fim de conformar. Cnae: Somattos: 5.827

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/12/20 - **Cidade/UF:** DF
Título: Ultra quer vender rede de farmácias Extrafarma para focar em óleo e gás **Impacto:** Neutro

B8 | Economia | SÁBADO, 19 DE DEZEMBRO DE 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

Startups

Creditas recebe aporte e entra para lista de 'unicórnios'. Pág. B10

De saída. Dona dos postos Ipiranga contratou o Bradesco BBI para encontrar comprador para a rede de medicamentos, adquirida por R\$ 1 bilhão, há sete anos; programa de desinvestimentos também inclui a química Oxiteno, que atualmente é avaliada em US\$ 1,5 bilhão

Ultra quer vender rede de farmácias Extrafarma para focar em óleo e gás

Fernanda Guimarães
Fernando Scheller

O Grupo Ultra, conhecido dos brasileiros pela rede de postos de combustível Ipiranga, vai repaginar seu modelo de negócio em 2021 - e, por isso, está colocando grandes ativos fora de seu principal setor, o de óleo e gás, à venda. Além da já divulgada venda da indústria química Oxiteno, avaliada em US\$ 1,5 bilhão (aproximadamente R\$ 7,5 bilhões), a gigante nacional também deve se desfazer da rede de farmácias Extrafarma, que hoje tem cerca de 400 lojas e fatura R\$ 1,5 bilhão. A aposta, apurou o 'Estadão', é que uma grande rede de farmácias fique com o ativo, que é especialmente forte na região Norte.

A compra da Extrafarma, há sete anos, por R\$ 1 bilhão, fazia parte dos planos do Ultra de tornar a rede Ipiranga uma espécie de "hub" de varejo, indo além dos combustíveis. A companhia fez uma expansão da Extrafarma em vários de seus postos, especialmente em São Paulo. Segundo fontes do setor, porém, a empresa não atingiu o porte necessário para concor-

rer com gigantes como a Raia Drogasil (RD) e a DPSP (união das drogarias Pacheco e São Paulo). Por isso, ela passou de força consolidadora a candidata a ser adquirida por negócios maiores.

Entre as grandes varejistas, como Pão de Açúcar, Carrefour e Big (que adquiriu as operações do Walmart por aqui), a aposta nas drogarias próprias também veio perdendo espaço. Apesar de ser considerado um negócio rentável, experiências anteriores também provaram que nem sempre se trata de um setor fácil. O BTG Pactual, por exemplo, teve um de prejuízos bilionários ao formar a BR Pharma, que consolidou várias redes regionais (entre elas a Farmais e a Big Ben - esta última, assim como a Extrafarma, do Pará), mas acabou acarretando perdas bilionárias para o banco, até ser vendida por um preço simbólico.

Segundo apurou o 'Estadão', o mandato de venda da Extrafarma está na mão do Bradesco BBI, enquanto o desinvestimento na Oxiteno ficou a cargo do Bank of America.

Procurado, o Grupo Ultra disse que não tem nada a acrescentar além do fato relevante divul-



Consumo. Extrafarma era aposta, agora abandonada, de tornar Ipiranga 'hub' de varejo

● **Porte**
R\$ 1,5 bi
é o faturamento da rede
Extrafarma no ano passado

400
é o total aproximado de lojas

gado na segunda-feira, 14, no qual disse que "avalia continuamente seu portfólio de negócios" e vem direcionando investimentos, de forma prioritária, para fortalecer seu posicionamento na cadeia de óleo e gás no Brasil. A empresa afirma ainda que "estão sendo consideradas alternativas estratégicas que assegurem a continuidade

da expansão da Oxiteno". O Bradesco BBI não comentou.

Negócio principal. O Grupo Ultra pretende seguir nos negócios nos quais encontra sinergia com sua atividade principal - ou seja, relacionados ao mercado de óleo e gás, incluindo nesse bloco os postos Ipiranga, a Ultrazag e a Ultracargo. En-

quanto desinveste de um lado, o conglomerado prepara com a outra mão o investimento em refino. Tem apetite, por exemplo, na briga pelas refinarias no Sul do País que foram colocadas à venda pela Petrobrás.

A companhia já tinha dado toda a indicação do caminho que seguiria para o seu negócio, em especial quando colocou na mesa seu plano de investimento para o próximo ano. Nele, do total de quase R\$ 1,9 bilhão em investimentos programados para o ano, cerca de 80% serão destinados aos segmentos ligados ao segmento de óleo e gás.

Na disputa pelas refinarias da Petrobrás, contratou o banco Morgan Stanley para conduzir o processo e já entregou sua oferta vinculante para a compra das unidades Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, e Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul.

Dentre essas opções, o ativo de grande desejo é a Repar, próxima a São Paulo, o maior mercado de combustíveis do País. A Cosan - dona da Raizen que opera os postos de marca Shell no Brasil - também está na disputa. O Citi é o assessor da Petrobrás para esse desinvestimento.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Um recorde com o DNA do comércio e dos serviços do RN **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/um-recorde-com-o-dna-do-coma-rcio-e-dos-servia-os-do-rn/498475>

opinião

TRIBUNA DO NORTE

Um recorde com o DNA do comércio e dos serviços do RN

MARCELO QUEIROZ
 Presidente da Fecomércio-RN

Na semana que passou a Secretaria de Tributação do Estado divulgou os números da arrecadação de ICMS no mês de novembro. Foram nada menos que R\$ 592,9 milhões, a maior arrecadação para um único mês da história. Um volume quase 20% maior do que registrado em novembro de 2019, quando não tínhamos ainda a pandemia da Covid-19 a nos tolher.

Se levarmos em conta apenas o fato de que quase 70% da arrecadação do ICMS do nosso estado vem dos setores de Comércio e Serviços, este dado já seria motivo mais que suficiente para nós, empreendedores, nos orgulharmos. Afinal, além de sermos o maior empregador formal do RN (quase 75% do total), contribuimos fortemente com o custeio da máquina pública e, por consequência, dos serviços oferecidos aos cidadãos.

Mas, claro, vale um mergulho mais aprofundado no tema para ratificarmos a nossa percepção de que o recorde histórico, que serve de alívio aos combatidos cofres públicos estaduais neste final de ano tem, sim, o DNA do esforço diuturno dos empreendedores de comércio, serviços e turismo, que seguem encarando batalhas diárias e crescentes para conseguirem seguir gerando ocupação e renda para o nosso povo.

O primeiro ponto importante a registrar é que o Programa Estadual de Refinanciamento de Débitos Fiscais (Refis) – que se encerraria em 30 de novembro e foi prorrogado para o final deste mês de dezembro – foi responsável pelo ingresso de cerca de R\$ 29 milhões extras (ou algo em torno de 5% do total) nos cofres estaduais. Não teve um peso tão alto como se poderia imaginar neste número impressionante de novembro.

Também vale registrarmos que apenas o comércio varejista – incluindo o setor de com-



Em suma: manter o setor de comércio e serviços funcionando, com todas as precauções e seguindo todos os protocolos de biossegurança, é algo que traz benefícios para toda a sociedade potiguar”

bustíveis - respondeu, em novembro, por R\$ 263 milhões (44% do total). Já o comércio atacadista recolheu R\$ 113 milhões (19%). Além disso, em ou-

tubro o comércio varejista havia registrado um recolhimento de R\$ 226 milhões, ou seja, teve, em novembro, um incremento de R\$ 37 milhões no pagamento de ICMS, claramente pesando bastante no atingimento do recorde histórico.

Por fim, um número que chama bastante a atenção é que, em maio (auge do fechamento de lojas e do confinamento das pessoas), o comércio varejista potiguar – incluindo combustíveis – recolheu próximos R\$ 137 milhões em ICMS. Ou seja, meu caro leitor, de lá para cá, elevamos em nada menos que 71% o recolhimento deste imposto, que é a principal fonte de receita própria do nosso Estado.

Em suma: manter o setor de comércio e serviços funcionando, com todas as precauções e seguindo todos os protocolos de biossegurança, é algo que traz benefícios para toda a sociedade potiguar. Por isso precisamos ter tanta responsabilidade para seguirmos em frente.

Veículo: Tribuna do Norte - Tipo de Mídia: Site - Data: 20/12/20 - Cidade/UF: Natal / RN
Título: Intenção de compras para o Natal recua Impacto: Neutro
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/intena-a-o-de-compras-para-o-natal-2020-cai-no-rrn/498436

Header of the newspaper page with logos for 'Dólar Comercial', 'Euros no Brasil', 'Salário Mínimo', and 'Na TV Online'. It also features a headline: 'JOÃO CARLOS SILVA FALA SOBRE AS OPORTUNIDADES E RISCOS NAS VENDAS PELO WHATSAPP - PÁGINA 3'.

Intenção de compras no Natal recua

« COMÉRCIO » Levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte mostra que menos potiguares irão às compras com o intuito de presentear. Tiquete médio, porém, aumenta

RICARDO ARAÚJO
Editor de Economia



Shoppings esperam que movimentação de consumidores aumente ao longo desta semana com a proximidade do ciclo natalino

Desemprego, falta de dinheiro e dívidas acumuladas são os principais fatores apontados pelos potiguares que não pretendem presentear parentes ou amigos nas festividades natalinas que se aproximam.

De acordo com a Fecomércio/RN, o fim do ano é o período mais lucrativo para o comércio. Neste ano, em razão da pandemia do novo coronavírus e dos reveses causados à economia, o período era aguardado com ansiedade para aumentar a lucratividade dos negócios e, dessa forma, mitigar os números negativos acumulados ao longo do ano.

Conforme o estado, as pessoas que adquiriram presentes o farão para filhos, mães e cônjuges. A maioria "foi recomendar que iriam às lojas estarão procurando por, principalmente, roupas e brinquedos, no qual os índices foram muito próximos em Natal e em Mossoró.

calçados (19,2%), acessórios pessoais (6,5%), detalha o DEES.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
O Natal Shopping segue funcionando em seu horário normal neste final de ano de segunda a sábado das 10h às 20h e domingos e feriados das 10h às 18h. Em Mossoró, o horário de funcionamento é de segunda a sábado das 10h às 18h e domingos e feriados das 10h às 16h.

com vínculos formais, além do pagamento da última parcela do cartão. Emergencial para mais de 50% das famílias potiguares, a intenção de comprar mais de

um presente (entre aqueles que irão às compras) é de 60,8%. Esses potiguares pretendem comprar três produtos. Outros 38,9% planejam adquirir quatro ou mais itens para o ciclo natalino.

Tiquete médio
O levantamento do DEES aponta aumento no valor que deverá ser gasto pelos consumidores natalinos e mossoroenses neste período natalino. O consumidor natalino aplicará R\$ 316,27 nos presentes, um valor 1,8% maior que o registrado no ano passado (R\$ 310,67).

Intenção de Compras
Natal: 55,2% dos entrevistados em 2020; 62,1% dos entrevistados em 2019; Mossoró: 51,5% dos entrevistados em 2020; 66,0% dos entrevistados em 2019; Recursos: 37,9% dos consumidores natalinos pretendem fazer uso do 13º salário para compras de final de ano; 31,3% pretendem poupar ou economizar; 79,4% querem guardar para compromissos de janeiro; 4,9% pretendem gastar nas férias.

Inovação garante mais vendas no fim do ano

Empresários do setor de shoppings centrais enfrentaram um ano de agudização das dificuldades. Com os shoppings fechados por aproximadamente quatro meses em Natal, muitos tiveram que se reinventar para sobreviverem nos negócios.

Puggina ampliou o estoque de panetones em 20% em relação ao ano de 2019. Compras 8,40 panetões e restam apenas 275 que esperam, seja em vendas até o dia 24. Nesse momento estamos vendendo entre 400 panetões por dia, média que deve subir nessa reta final", comenta.

uma estratégia de vendas externas ao shopping, em condomínios particulares. "Uma vez que as pessoas estão com medo de sair de casa, levamos nossos produtos até elas. Montamos uma banca temporária em alguns condomínios e vendemos apenas produtos embalados (panetões, afajões, doce de leite, chocolates), produtos que tem um valor agregado mais alto e joga o nosso fatoramento para cima.



Tárik precisou ir além das vendas no shopping neste fim de ano

Fora do shopping
Com um fluxo de clientes

50% menor do que o registrado antes da pandemia, em decorrência das imposições de segurança sanitária, Tárik Puggina precisou olhar para fora do shopping para não ter prejuízos ainda maiores.

Imaginando que isso iria acontecer, o empresário iniciou

CRK revisa para cima projeção de vendas

Veículo: G1 RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** RN

Título: Desembargador suspende decisão liminar e libera festa de fim de ano em Pipa **Impacto:** Neutro

Link: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/12/20/desembargador-suspende-decisao-liminar-e-libera-festa-de-fim-de-ano-em-pipa.ghtml>

Desembargador suspende decisão liminar e libera festa de fim de ano em Pipa

Let's Pipa está programada para acontecer de 27 de dezembro a 2 de janeiro.

Por Igor Jacoms, G1 RN
20/12/2020 13h54 - Atualizado 20/12/2020 16:20:33Z

1 de 1 Entrada de Pipa — Foto: GBD/Divulgação Prefeitura de Tibau do Sul
Entrada de Pipa — Foto: GBD/Divulgação Prefeitura de Tibau do Sul

O desembargador Amaury Moura Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, suspendeu a decisão liminar concedida pelo juiz da comarca de Golimínia que **proibia a realização de um evento de réveillon privado na praia da Pipa**, em Tibau do Sul. A liberação do evento aconteceu por meio de decisão publicada neste sábado (19).

O evento Let's Pipa está previsto para acontecer entre os dias 27 de dezembro e 2 de janeiro, mas havia sido **suspenso por decisão da Justiça, a pedido do Ministério Público**, na quinta-feira (17).

Na sexta-feira (18), **empresários e trabalhadores dos setores ligados ao turismo da região fizeram um protesto** e chegaram a fechar a BR-101.

De acordo com a decisão do desembargador, que liberou a realização da festa, não cabe ao judiciário substituir os poderes Executivo e Legislativo em questões relativas à Administração Pública e no combate à pandemia.

"Não cabe ao Poder Judiciário a definição das prioridades a serem adotadas, de acordo com critérios pretensamente técnicos, pelos poderes constituídos para o desempenho de tais funções, evitando-se, assim, que haja extrapolação do limite de sua atuação constitucional, para abarcar aspecto decisório pautado por conteúdo político", diz o desembargador na decisão.

"Portanto, desde que cumpridos os requisitos exigidos no Decreto Municipal Nº 60/2020, que dispõe sobre a regulamentação das festividades de fim de ano, diante do enfrentamento da calamidade de saúde, decorrente do novo coronavírus (.), não vejo, permissa venha, plausibilidade jurídica, no presente momento, que justifique a proibição da **agrarmente realizar o evento**", disse o desembargador.

Ele ainda afirmou que caberá ao município "verificar e fiscalizar o cumprimento das medidas" do decreto que liberou o evento.

Decreto municipal exige teste

A decisão liminar que proibia o evento previa multa de R\$ 500 mil para a Prefeitura de Tibau do Sul e aos organizadores da festa em caso de descumprimento.

O Ministério Público também havia pedido a anulação de parte do **decreto municipal, do dia 11 deste mês, que liberou a realização de festas em espaços abertos**, desde que haja exigência do teste de Covid-19 aos participantes de festas e eventos de fim de ano na praia da Pipa e nas demais áreas do município.

O juiz da comarca de Golimínia concedeu a decisão liminar favorável ao pedido do MP, que considerou "o novo contexto de aumento de casos provenientes do Covid-19 e uma maior ocupação de leitos no Estado do RN". Porém, a decisão também foi revogada pelo Tribunal de Justiça.

A realização do evento contraria recomendações que o governo do estado e o Ministério Público fizeram aos municípios do RN. Em São Miguel do Gostoso, a **prefeitura também decidiu manter o réveillon** e um **pedido semelhante, feito pelo Ministério Público, foi negado pela Justiça**.

A festa em Pipa tem na programação shows de Jorge e Mateus, Banda Eva, Pedro Sampaio, Bhsakar, e outros artistas.

O Rio Grande do Norte tem cerca já registrou cerca de 107 mil pessoas confirmadas para Covid-19 e mais de 2,8 mil mortes. Na manhã deste domingo (20), a taxa de ocupação de leitos de UTI estava em 62% na rede pública, de acordo com dados do Regula RN, que é o sistema de regulação de leitos usados pelo estado. São 137 pessoas internadas apenas nos leitos públicos com UTI.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Comissão defende combate à covid **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/comissao-o-mista-defende-combate-a-covid-19/498482>

Comissão defende combate à covid

« CORONAVÍRUS » Parlamentares que integram o colegiado recomendam atenção especial para a conclusão do plano nacional de vacinação e transparência na divulgação das taxas de ocupação de UTIs

A comissão mista (formada por senadores e deputados) do Congresso Nacional que acompanha as medidas do governo federal contra a crise do coronavírus aprovou seu relatório final. O texto do deputado federal Francisco Junior (PSD-GO), relator do colegiado, tem quase 300 páginas, com informações sobre a atuação da comissão, os procedimentos adotados, as audiências públicas promovidas e recomendações de medidas para o governo no enfrentamento da pandemia.



Espírito Santo Amin integra a comissão e manifestou preocupação com uma possível redução dos financiamentos em 2021

videres que ajudaram nas questões técnicas. Segundo ele, apesar de alguns órgãos a órgãos públicos não terem sido responsáveis, o contato da comissão com outras áreas governamentais foi considerado positivo. Francisco Junior elogia a implantação do auxílio emergencial, mas la-

mento o fato de "o dinheiro não chegar aos pequenos empresários da mesma forma como chega à mão do cidadão". O deputado ressaltou que, caso o estado de calamidade seja prorrogado, os trabalhos da comissão também poderão prosseguir no ano que vem.

"Deve ser ponderado que o fim do estado de calamidade não representa o fim da crise sanitária, econômica e social em decorrência da pandemia de covid-19", alertou ele, lembrando que o estado de calamidade vai até o dia 31 de dezembro.

a comissão ajudou a convencer o Ministério da Saúde a considerar todas as vacinas, inclusive a Convacin.

"Este relatório não pode ser uma letra morta. A pandemia não vai acabar no dia 31 (de dezembro). Nesse documento, vamos extrair ações e providências, pois não podemos viver eternamente em crise" - declarou o senador.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), vice-presidente da comissão, conduziu a reunião desta sexta-feira. Ela disse estar preocupada com o plano nacional de vacinação e com a falta de coordenação na comunicação entre o governo federal e os entes federados. A senadora lamentou a politização dos debates em torno da vacina e afirmou que nunca houve no país um questionamento tão grande em relação à importância das vacinas. Ele reiterou que programa de vacinação é importante para a saúde de todas as pessoas, especialmente das crianças.

"Já são mais de 180 mil mortes (por causa do novo coronavírus). A contenção desse vírus é uma grande desafio. Estamos em uma caminhada muito intensa", salientou Eliziane.

Para o senador Espírito Santo Amin (PP-SC), a comissão foi importante, porque levantou informações e apresentou sugestões relevantes para o enfrentamento da covid-19 no país. "Esta comissão reduziu muitas incógnitas e prestou um inestimável serviço ao país", destacou.



Banco Central deve, segundo o relatório, prosseguir com apoio ao crédito e mercado financeiro

É preciso multiplicar agentes de crédito

O senador Espírito Santo Amin (PP-SC) manifestou preocupação com uma possível redução do crédito em 2021. Por outro lado, o senador elogia a atuação de deputados federais senadores no âmbito da comissão mista. De acordo com ele, foi a comissão que "armonizou" o ministro da Economia, Paulo Guedes, o congresso para o plano de vacinação contra a covid-19, durante as férias realizadas no dia 11 de dezembro. "Esta comissão reduziu muito as incógnitas e prestou um inestimável serviço ao país" - avalia o Espírito Santo Amin, - sub-reitor da área de sistema financeiro creditício da comissão mista (formada por senadores e deputados) do Congresso Nacional - que acompanha as medidas do governo federal contra a crise do coronavírus.

no, de modo a manter a liquidez das instituições financeiras e o funcionamento dos canais de crédito.

Além disso, o relatório destaca a importância de se encontrar soluções para a ampliação dos investimentos públicos - citando, inclusive, uma eventual reformulação do teto de gastos. E, ao defender maior justiça tributária, a comissão sugere uma ampla revisão das retencidas tributárias federais. O texto ressalta, porém, que somente será possível a retomada do crescimento econômico com a efetiva imunização da população.

Projetos

Para o Congresso Nacional, a comissão recomenda a aprovação de um projeto de lei que visa dar maior transparência aos repasses federais a estados, Distrito Federal e municípios. Esse projeto (PL 4.171/2020), que tem entre seus autores o deputado Francisco Junior, aguarda votação na Câmara dos Deputados.

O relatório também defende a aprovação dos seguintes projetos de lei: o PLS 273/2020, da senadora Eliziane Gama, que institui a Renda Básica da Primeira

NÃO SEJA A PRÓXIMA VÍTIMA

NO TRÂNSITO, DÊ PREFERÊNCIA À VIDA.

Tem gente que pensa assim: quem nunca? Quem nunca bebeu só uma cervejinha antes de pegar o carro ou a moto? Quem nunca pegou o celular enquanto dirigia, só pra dar aquela checada nas redes sociais? Mas é aí que mora o perigo: na confiança de que nada vai acontecer. Assim como na vida, no trânsito, pequenas atitudes podem ter grandes consequências negativas e definitivas. Motoristas, motociclistas e pedestres, coloquem em prática tudo aquilo que você já sabe de cor. No trânsito, dê preferência à vida.

Para sempre em nossas mãos

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: CNC amplia projeção de vendas no Natal deste ano **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/cnc-amplia-projea-a-o-de-vendas-no-nata-l-deste-ano/498437>

economia

TRIBUNA DO NORTE

CNC amplia projeção de vendas no Natal deste ano

« COMÉRCIO » Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo revisou projeção de vendas de 2,2% para 3,34% no ciclo natalino

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revisou de 2,2% para 3,34% a expectativa de crescimento do volume de vendas no Natal de 2020. Uma vez confirmada essa projeção, o setor experimentará o maior avanço das vendas natalinas desde 2017 (3,9%). O Natal é a principal data comemorativa do varejo brasileiro, devendo movimentar R\$ 38,1 bilhões neste ano.

"O ano de 2020 tem sido um dos mais difíceis, sem o mais desafiante, para o varejo brasileiro. A pandemia provocou dificuldades muito grandes para

o comércio, mas o Natal, a despeito de todas as dificuldades adversas, deve trazer alguma recuperação para o setor, o que será importante para iniciarmos com algum otimismo um novo ano que promete também apresentar um cenário difícil, de lenta recuperação", analisa o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

Danamento previsto nas vendas de Natal deve ser puxado pelo e-commerce, confirmando a importância dos negócios virtuais para o setor desde o início da pandemia. A CNC projeta crescimento real de 64% das vendas via varejo eletrônico voltadas para o Natal deste ano frente ao

mesmo período do ano passado.

"O e-commerce brasileiro tem sido fundamental para a recuperação, crescendo de forma significativa desde o início da pandemia e desafiando da movimentação ainda anormal nas lojas físicas. Essa tendência deve se manter diante da circulação de consumidores ainda abaixo do normal", destaca o economista da CNC Fábio Bentes.

Segundo a Receita Federal do Brasil, o volume de vendas no varejo virtual avançou 45% no período de março a setembro deste ano ante o mesmo período em 2019. O número de pedidos, por sua vez, aumentou 110% no mes-

mo período.

Importados

No que diz respeito aos produtos importados tipicamente natalinos, houve um recuo de 18,2% nas importações no trimestre compreendido entre setembro e novembro de 2020 (US\$ 367,2 milhões) em relação ao mesmo período de 2019 (US\$ 439,5 milhões), como resultado da desvalorização cambial. O valor é o menor valor para esse período desde 2009 (US\$ 308,9 milhões). A exceção de bebidas, todos as demais categorias de produtos acusaram recuo ante o ano passado.



Apesar da redução da movimentação de clientes na maioria dos shoppings, vendas online devem puxar resultado para cima, diz CNC

Valorização do dólar encarece cesta natalina

Além das dificuldades diretamente impostas pela pandemia, a desvalorização cambial de 32,3% nos últimos 12 meses encerrados em novembro tem impactado significativamente os preços de diversos produtos mais demandados nesta época do ano, especialmente alimentícios. Nos 12 meses encerrados em outubro, por exemplo, os preços desses produtos medidos pelo Índice de Preços ao Produtor (IPP) do IBGE subiram 36%, ante uma variação média das preços ao consumidor final de 12%, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo mesmo Instituto.

Esse descompasso tem como consequência a compressão

das margens do varejo, especialmente em uma data tão dolarizada como costuma ser o Natal. A evolução recente da inflação será, sem dúvida, um obstáculo adicional ao varejo brasileiro em sua principal data comemorativa. Afetados pela desvalorização cambial e consequente direcionamento de produtos alimentícios para mercados externos, os alimentos registram alta de 12,16% no acumulado do ano e respondem hoje por 97% da inflação de 2020", avalia Fábio Bentes.

Os preços dos produtos tipicamente natalinos refletem claramente essa tendência. A cesta composta por 214 itens mais consumidos nesta época do ano,

agrupados em 30 categorias de bens e serviços, mostra que os preços medidos através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentam aumento médio de 9,4% nos 12 meses encerrados em novembro. Mantido esse ritmo de reajuste, o Natal de 2020 apresentará a maior alta de preços desde 2019 (+11,0%).

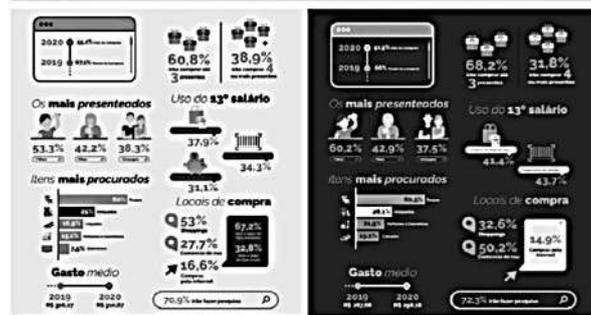
Do ponto de vista do emprego, a expectativa da CNC é de que sejam criadas 79,2 mil vagas temporárias para o Natal deste ano. Confirmada essa previsão, a quantidade de postos acusará uma retração de 20% ante os 88 mil preenchidos pelo setor no ano passado - consequência direta da circulação ainda anormal

de consumidores nas lojas físicas do comércio.

Embora as lojas de vestuário e calçados respondam pela maior parte das vagas voltadas para o Natal, a oferta de 39,1 mil vagas neste segmento em 2020 deverá corresponder a apenas 2/3 dos 59,2 mil postos criados no ano passado, na medida em que esse ramo do varejo vem apresentando maiores dificuldades em reaver o nível de vendas anterior ao início da pandemia da Covid-19. Hiper e supermercados (13 mil) e lojas de artigos de uso pessoal e doméstico (11,7 mil), somados ao ramo de vestuário, deverão responder por cerca de 91% das vagas oferecidas pelo varejo.

Intenções de compras para o Natal

Veja abaixo o detalhamento da pesquisa da Fecomércio RN para as compras de Natal deste ano em Natal e Mossoró



Veículo: O Globo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 20/12/20 - Cidade/UF: Brasília / DF
Título: A vida na planície Impacto: Neutro

8 |

Domingo 20.12.2020 | O GLOBO

País



JUDICIÁRIO

Gilmar manda CNJ investigar Bretas

Ministro afirma que juiz federal se recusou a cumprir ordem do STF globo.com/brasil/brasil/noticia/2020/12/19/gilmar-temer-manda-cnj-investigar-bretas-1.5678901

A VIDA NA PLANÍCIE

Maia e Alcolumbre articulam para manter capital político em alta até 2022

BERNARDO MELLO
bernardo.mello@infoglobo.com.br

Além de articularem separadamente candidaturas de seus sucessores nas duas Casas do Congresso Nacional, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), traçam estratégias distintas para seus respectivos futuros políticos após a passagem dos cargos, em fevereiro de 2021. Enquanto Maia busca projetar o próprio nome para uma aliança de oposição moderada ao presidente Jair Bolsonaro, e trabalha ainda para aglutinar diferentes forças na eleição ao governo do Rio, Alcolumbre cultiva uma sucessão alinhada ao Planalto de olho no kadrez eleitoral de seu estado, o Amapá, em 2022.

Impedidos de concorrer a novos mandatos nas presidências da Câmara e do Senado por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), Maia e Alcolumbre estarão sujeitos, pelos próximos dois anos, a um desgaste de capital político que já atingiu, por motivos diversos, outros ex-presidentes do Congresso. Para parlamentares e analistas, o resultado da sucessão nas duas Casas oferecerá uma amostra das alianças e do status que cada um poderá levar para as urnas em 2022. Até ontem, nem Maia nem Alcolumbre haviam oficializado os nomes de seus candidatos.

Em café da manhã com jornalistas na quinta-feira, Maia levantou a possibilidade de não disputar novo mandato na Câmara daqui a dois anos. Ele disse que seria "difícil" seguir como deputado após ter

sido presidente da Casa, e que parlamentares que buscam novo mandato nessas circunstâncias "só podem ter o desejo" de voltar a ocupar a mesma cadeira — algo que, desde a redemocratização, só Michel Temer conseguiu.

No encontro, Maia se propôs a liderar conversas, nos próximos dois anos, para unificar a centro-direita e a centro-esquerda numa chapa presidencial, citando como possíveis nomes o apresentador Luciano Huck, os governadores de São Paulo, João Dória (PSDB), e de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), e o ex-ministro Ciro Gomes (PDT). — Já estou no sexto man-

De saída.

Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), foram impedidos pelo STF de disputar a reeleição

dato. Não quero ser um político que teve dez mandatos de deputado — disse Maia.

Na avaliação de um ex-presidente do Congresso, a hesitação de Maia em apontar Aguilinaldo Ribeiro (PP-PB) ou Baleia Rossi (MDB-SP) como seu candidato à sucessão na Câmara, que vem sendo criticada por aliados que temem vantagem para Arthur Lira (PP-AL), "serve ao cálculo do próprio Maia daqui para frente". Enquanto Ribeiro era tido como candidato natural até o ano passado, pesa hoje a favor de Rossi, além da maior unidade do partido na Câmara, a possibilidade de atrair a cúpula do MDB para futuras alian-

ças, inclusive no estado do Rio — onde o prefeito de Duque de Caxias, Washington Reis (MDB), é cotado para se lançar a governador.

Embora o próprio Maia descartasse concorrer ao governo ou ao Senado, seus adversários enxergam um aumento de sua influência no Rio após as eleições municipais, em que chapas costuradas pelo presidente da Câmara — algumas em acordos com o MDB nacional — venceram no interior e na Baixada Fluminense. Em que pese o arco de prefeituras aliadas, incluindo a capital, com Eduardo Paes (DEM), o grupo de Maia ainda busca um nome para o Palácio Guanabara.

No caso de Alcolumbre, cuja gestão como presidente do Senado foi marcada por maior força para destinar projetos com verba federal ao Amapá, a caminhada até 2022 passa pelo reequilíbrio do relacionamento com o Planalto fora do comando da Casa. Alcolumbre, que tenta viabilizar Rodrigo Pacheco (DEM-MG) como sucessor, foi sondado para assumir cargo de ministro no ano que vem, em meio a acenos de Bolsonaro para influenciar a eleição no Congresso. Parlamentares que aprovam o lançamento de Pacheco, apesar de resistências por estar no primeiro mandato, não descartam seu esvaziamento para

o apoio de Alcolumbre a um nome do MDB, partido que no Senado é majoritariamente alinhado a Bolsonaro e tem a maior bancada. Uma eventual vitória de Pacheco, por outro lado, é vista como "demonstração de força" de Alcolumbre.

Com mandato se encerrando em 2022, Alcolumbre pensa hoje, segundo interlocutores, em buscar uma reeleição, considerada mais segura, em vez de se lançar novamente ao governo do Amapá, disputa que perdeu em 2018. Além da perda da presidência do Senado, considerada fora dos planos — ministros do STF chegaram a acenar que permitiriam sua reeleição, mas mudaram de ideia —, pesa no cálculo de Alcolumbre o resultado do irmão, Josiel (DEM), na eleição a prefeito de Macapá, cujo segundo turno ocorre hoje. Tido como favorito, Josiel foi ultrapassado nas pesquisas por Dr. Furlan (Cidadania), apoiado pelo vice-governador Jaime Nunes (PROS), que articula uma candidatura ao governo ao largo de Alcolumbre.

Para o cientista político Murillo Aragão, da Arko Advice Pesquisas, Alcolumbre e Maia deixarão as presidências com prestígio político elevado, em comparação a antecessores, mas não necessariamente com força eleitoral.

— Ambos foram bons articuladores, com legado em pautas econômicas. Há atores políticos que seguem relevantes mesmo sem cargo. Mas, pela natureza do Congresso, é comum que a importância parlamentar não se traduza em voto — afirmou.



"Ambos foram bons articuladores, com legado em pautas econômicas."

Murillo Aragão, cientista político

Veículo: Veja - **Tipo de Mídia:** Revista - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/3
Título: Todos pela paz **Impacto:** Neutro

ENTREVISTA FÁBIO FARIA

TODOS PELA PAZ

Hábil articulador, o ministro (que é evangélico) prega a harmonia entre poderes, defende a agenda conservadora de Bolsonaro e diz que a disputa em 2022 será entre o presidente e a esquerda

JOSÉ BENEDITO DA SILVA



NO CARGO há apenas seis meses, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, se tornou um dos principais articuladores de Jair Bolsonaro nas relações com o Congresso, com partidos políticos e autoridades da República. Nos bastidores, imbuído de um espírito conciliador, ele trabalhou fortemente para apaziguar os ânimos entre os poderes, que estavam bastante exaltados, e ajudou a construir pontes de entendimento — que julga cruciais para o sucesso do governo. Filiado ao PSD, um dos partidos do Centrão, e evangélico, Faria agora atua nas disputas na Câmara e no Senado para eleger candidatos comprometidos com a agenda liberal e a pauta conservadora do capitão. Em entrevista a VEJA no seu escritório em São Paulo, o ministro defendeu as atitudes do presidente em relação à Covid-19, diz que nenhum nome de centro tem chance de suplantar Bolsonaro em 2022, mas admitiu que o governo vem perdendo a guerra da comunicação na questão ambiental. A seguir, os principais trechos da conversa.

O senhor defendeu na sua posse, em junho, a ideia de que as diferenças políticas e ideológicas fossem deixadas de lado em nome do combate à Covid-19. Isso não aconteceu. Mas melhorou muito. Nós tínhamos uma guerra muito forte entre Judiciário e Executivo. Uma crise diária de palavras, porque a imprensa ficava cobrindo o Alvorada na entrada e na saída do presidente. Todo dia, ele falava por quarenta minutos, uma hora... E aquelas frases ficavam repercutindo uma semana, duas

EBERTO NOGUEIRA/IMAFOTOGALERIA

Veículo: Veja - **Tipo de Mídia:** Revista - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/3
Título: Todos pela paz **Impacto:** Neutro

ENTREVISTA FÁBIO FARIA

semanas. Ninguém sabia o que o governo estava fazendo para combater a Covid-19. As empresas estavam angustiadas, pois não sabiam o que o Congresso estava votando. Enfim, reinava a confusão. Agora, há um clima maior de entendimento e paz. Precisamos manter isso.

O governo tem alguma autocrítica em relação à atuação na pandemia? No começo, o presidente tomou a atitude de colocar no mesmo patamar o risco econômico e a saúde. E foi muito criticado, porque o discurso no mundo inteiro era o de primeiro vamos salvar vidas e depois cuidamos da economia. Ali houve um sentimento de que ele poderia estar indo por um caminho sem volta. Depois, a própria OMS e vários países começaram a ver que não seria uma curva com um pico de duas, três semanas, que não era só parar, esperar a curva achatar e retomar a normalidade. Estamos há quase um ano convivendo com o vírus. Ou seja: o presidente estava certo. Se a economia entrasse em colapso, o efeito negativo teria sido ainda pior. A autocrítica, então, teria de ser feita por todos, porque naquele momento ninguém sabia de nada.

Falar de gripezinha ou que a pandemia está quase no final não são declarações que merecem reparo? Merecem reparo dos dois lados. Toda a imprensa falou que ele tinha chamado a Covid-19 de gripezinha, mas o que ele disse foi que “se eu pegar esse vírus, provavelmente em mim terá o efeito de gripezinha”. E quando ele fala que a pandemia está no finalzinho é porque as vacinas já estão chegando.

Não houve demora para elaborar um plano de vacinação? O governo comprou 260 milhões de doses da Astra-Zeneca e entrou em um consórcio que dá direito a mais 50 milhões. Bolsonaro já disse que vai comprar qualquer outra vacina aprovada pela Anvisa. Elaborou uma MP de mais de 20

“O presidente precisa ter um aliado na Câmara, não só da agenda econômica, mas que saiba que o exercício da democracia é pôr em votação uma pauta, mesmo sem concordar com ela”

bilhões que permitirá a aquisição de 400 milhões de doses. O que está havendo é uma confusão de posições. O presidente é contra a obrigatoriedade da vacinação, mas isso não quer dizer que ele é contra a vacina.

Como o senhor avalia esses dois anos da gestão de Bolsonaro? O governo quebrou um ciclo de muitos anos nos quais víamos os mesmos partidos comandando os ministérios. O resultado é que não há nenhuma denúncia de corrupção no governo. Esse é um legado que o brasileiro vai saber reconhecer. Bolsonaro também trouxe uma agenda liberal para a economia. Votamos a reforma da Previdência sem ter nenhum ministro indicado por partido político, algo que consideravam impensável.

Para quem pregava uma “nova política”, as negociações atuais com os partidos não são uma contradição? Para aprovar a sua agenda, ele precisa ter maioria no Parlamento. Por isso es-

tá de olho nas eleições da Câmara e do Senado. Várias coisas que ele defendeu em 2018 não foram nem pautadas. Precisamos aprovar reformas. Tem a pauta conservadora, como a redução da maioria penal e o *homeschooling*. Bolsonaro precisa ter um aliado, não só da agenda econômica, mas que saiba que o exercício da democracia é pôr em votação uma pauta, mesmo sem concordar com ela.

Na Câmara, o deputado Arthur Lira (PP-AL) é esse aliado? Ele se apresentou quando havia um conflito muito forte com o Legislativo, no momento crucial da pandemia. Ajudou muito o governo a vencer na pauta, porque tinha com ele o PL, o PTB e outros partidos. Temos um Congresso reformista, todos os candidatos que se apresentaram têm compromisso com a questão fiscal. Mas alguns terão compromisso com a esquerda, como o que for apoiado pelo Rodrigo Maia. Por essa razão, a preocupação é termos alguém que nos dê tranquilidade em relação a isso.

Outro ponto do governo que gera muita polêmica é a gestão ambiental. As críticas são injustas? Tínhamos nos governos passados uma crítica muito grande em relação aos órgãos ambientais, que perseguiam os empresários, o agronegócio. Quando veio Bolsonaro com outro discurso, gerou uma guerra enorme e há uma disputa de narrativas. Infelizmente, temos de reconhecer que, internacionalmente, perdemos essa guerra. Eu pedi para termos uma verba maior para divulgação no exterior, porque estamos fazendo muita coisa e precisamos reverter essa imagem que está aí.

O auxílio emergencial foi eficiente na pandemia e melhorou a popularidade de Bolsonaro, sobretudo no Nordeste. Como será após o seu fim? Foi o maior programa de distribuição de renda do mundo, fazendo com que a economia

Veículo: Veja - **Tipo de Mídia:** Revista - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 3/3
Título: Todos pela paz **Impacto:** Neutro

ficasse aquecida e muita gente recebesse um dinheiro nas pequenas cidades. Ajudou também para que o nordestino observasse Bolsonaro, porque o PT dominou a região por muito tempo. Sou nordestino e sei: a gente valoriza o jeito autêntico do presidente. Quanto à interrupção do auxílio, poderá ter um efeito momentâneo na popularidade, mas o que vai definir a eleição de 2022 é o governo todo, o crescimento econômico. Muito mais importante é o compromisso fiscal, é manter uma taxa de juros em 2%, a inflação controlada, uma relação mais amena entre os poderes. Se o presidente só pensasse na eleição, ele esqueceria tudo e tratava só de manter um colchão gigante de pessoas recebendo o benefício, porque isso garantiu quatro vitórias ao PT. Seria muito fácil. Quebra o país, mas você se elege. Não vamos fazer isso.

A principal oposição a Bolsonaro é o próprio governo, como demonstrou a recente briga de ministros que provocou a queda do titular do Turismo? Gosto muito do Marcelo Álvaro Antônio. Ele sabe que não deveria ter mandado a mensagem com críticas ao ministro Luiz Eduardo Ramos. O presidente, aliás, ficou praticamente a noite inteira sem dormir, porque não foi fácil demitilo. Em relação à pergunta, eu concordo 100% que a oposição vem de dentro por um único motivo: o Brasil não tem outro líder e não tem tempo de formar um até 2022. Então, Bolsonaro disputa com ele mesmo, porque não tem ninguém à altura dele. Não tem um Lula da década passada para ser o antagonico. Por isso estão preocupados em buscar erros de Bolsonaro, para ver se alimentam a desconstrução do presidente.

O senhor vê algum risco à reeleição do presidente, caso o centro se una? Não creio nesse cenário. Acho que Bolsonaro vai enfrentar a esquerda, um Guilherme Boulos, um Ciro Gomes, talvez o Fernando Haddad de novo ou

outro nome do PT. O eleitor de centro virá com Bolsonaro.

É como o senhor vê a disputa de Doria com o presidente sobre a Corona-Vac? Doria se apaixonou por entrevistas coletivas e todos já viram que ele, sim, é quem está tratando a pandemia politicamente. O Bruno Covas, aliás, teve de escondê-lo um pouco na eleição, então não vejo o governador com força para 2022. Fala-se em Sergio Moro, mas ele traiu a carreira de juiz ao virar político, depois traiu o governo e por fim traiu o próprio legado ao ir trabalhar para empresas que ele condenou. O Luciano Huck é um apresentador de sucesso, mas é muito difícil um outsider com família estruturada, bem de vida, largar tudo e começar a levar pancada. E ele tem uma coisa que o prejudica, que é ser da Rede Globo. Os adversários vão usar isso.

Um dos temas mais importantes de sua pasta é o leilão da telefonia 5G. A Huawei, da China, está fora do jogo? Eu pedi que ninguém tratasse sobre o

5G, porque estava atrapalhando, pelo excesso de informações. Há uma briga geopolítica dominando o assunto, e não é para ser assim. A decisão da Anatel, que está sob o guarda-chuva do ministério, será técnica, mas quem decide é o presidente da República. Como se trata de um chefe de Estado e tem segurança nacional e relações entre países envolvidas, ele tem autonomia. Mas não estamos nessa etapa. O 5G será uma das principais pautas de 2021. Já estipulamos o *deadline* para o primeiro semestre. A partir de fevereiro, com uma comissão do Tribunal de Contas da União, vamos visitar todos os *players* na Europa e na Ásia.

Outra prioridade do seu ministério é a privatização dos Correios. Sai em 2021? Garanto que sai. Tudo tem de passar por um ritual, você não consegue mudar isso. No ministério, demorou só dois meses para ficar pronto o projeto de lei. Vou trabalhar intensamente na Câmara e no Senado para que haja um desfecho ainda em 2021.

O senhor é evangélico e Bolsonaro promete um ministro evangélico na próxima vaga do STF. O que acha dessa ideia? Fui batizado em 2018 na Igreja Batista, eu me converti. Minha esposa (a apresentadora de TV Patricia Abravanel) é evangélica, todas as irmãs dela são, minha sogra é, o meu sogro (o empresário Silvio Santos) é judeu. Eu me casei em uma cerimônia judaico-cristã. Meu pai é católico, minha mãe é católica, minhas duas irmãs mais velhas são evangélicas. Mas nunca usei isso politicamente, nem falo. Esse eleitorado acredita muito no Bolsonaro, ele é católico, a esposa dele é evangélica, e ele tem uma identificação muito forte, porque sempre diz que busca soluções na *Bíblia*. Mais importante, porém, que ser evangélico é ter um compromisso com a agenda conservadora. Mas essa é uma decisão do presidente, eu não me meto. ■

“Bolsonaro disputa com ele mesmo porque não tem ninguém à altura. Não tem um Lula da década passada para ser o antagonico. Por isso tentam desconstruir o presidente”

Veículo: Veja - **Tipo de Mídia:** Revista - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/8
Título: Minhas resoluções de ano-novo **Impacto:** Neutro



MINHAS RESOLUÇÕES

Em entrevista a VEJA, Paulo Guedes conta os momentos mais difíceis que enfrentou no ministério até aqui, afirma que a economia deve crescer pelo menos 4% em 2021 e que o Brasil vai se transformar na maior fronteira de investimentos do mundo

POLICARPO JUNIOR E THIAGO BRONZATTO

Entre os 22 ministros empossados por Jair Bolsonaro em janeiro de 2019, apenas dois ostentavam o título de superministros. Um deles, Sergio Moro, pediu demissão da Justiça ao desconfiar que o combate à corrupção, sua principal bandeira, não estava entre as verdadeiras prioridades do governo. O outro é Paulo Guedes. O ministro da Economia foi encarregado de implementar a desejada, necessária e fundamental agenda liberal prometida pelo presidente da República durante a campanha. O cronograma previa a realização de três grandes reformas (previdenciária, tributária e administrativa), além da privatização da maioria das estatais — alicerce que sustentaria o desenvolvimento, impulsionaria o crescimento ininterrupto por ao menos uma década e geraria milhões de empregos. Era esse o compromisso assumido com o eleitor.

A realidade, porém, apontou em outra direção. À exceção do novo sistema de aposentadoria dos brasileiros, aprovado no ano passado, nenhum dos projetos avançou. A prometida simplificação dos impostos não saiu do papel, o enxugamento da máquina pública ainda é uma miragem e as empresas deficitárias controladas pela União continuam acumulando prejuízo atrás de prejuízo. Tudo isso

em meio à terrível pandemia do coronavírus. Resultado: o PIB encolheu, o desemprego bateu recordes e os superpoderes do ministro passaram a ser colocados em dúvida, a ponto de se tornarem recorrentes notícias sobre a possível saída dele do governo. Boatos? A maioria sim, embora o ministro confesse que, em certo momento, realmente pensou em jogar a toalha e assistir ao “caos” bem longe de Brasília, tantas eram as divergências entre ele e outros assessores do governo.

Na quarta-feira 16, Paulo Guedes recebeu VEJA para fazer um balanço do ano e projetar os objetivos para 2021. Foi uma conversa franca e o ministro parecia mais relaxado que o normal, quase calmo. “Tivemos um ano terrível, claro, mas tomamos decisões corretas que impediram o Brasil de mergulhar no caos”, resume. O tom de voz só se alterou quando ele foi instigado sobre as críticas que tem recebido, especialmente as feitas por ex-ministros da Economia de outros governos. “Esses que estão falando mal podem me dizer o que fizeram quando estavam aqui? Um deles, por exemplo, entregou o país com uma inflação de 5 000%. Isso é que é ridículo. São falsas narrativas políticas, negacionistas, anticientíficas, porque a ciência é baseada em resultados empíricos”, avalia. Ao repetir essa última frase, o ministro olhou pela janela de seu gabinete, de onde é possí-

DESEJO

Paulo Guedes:
“Essa guerra
precisa acabar”



CHRISTIANO MARIZ

Veículo: Veja - **Tipo de Mídia:** Revista - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/8
Título: Minhas resoluções de ano-novo **Impacto:** Neutro

RESOLUÇÕES DE ANO-NOVO



Veículo: Veja - **Tipo de Mídia:** Revista - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 3/8
Título: Minhas resoluções de ano-novo **Impacto:** Neutro



vel enxergar as torres do Congresso — o foco de muitos boatos e das tais falsas narrativas.

O tom otimista, porém, é a tônica do ministro neste fim de ano. Segundo ele, 2021 vai marcar uma grande virada na história econômica brasileira. Se tudo correr como planejado, o Brasil registrará um crescimento de 4% ao ano e se transformará na maior fronteira de investimentos do mundo. “Ninguém está oferecendo tantas alternativas em infraestrutura, saneamento, mineração e privatizações quanto aqui”, diz. Antes disso, ressalta, será preciso acabar com a pandemia, o que dependerá do sucesso das campanhas de imunização. Aos 71 anos, Guedes foi um dos poucos auxiliares diretos do presidente que não contraiu até agora o coronavírus. É verdade que ele toma mais cuidados que a maioria dos colegas de Esplanada (está sempre de máscara e até mudou-se com a família para a Granja do Torto, em Brasília, para evitar aglomerações e viagens de avião), mas não descarta a possibilidade de que a sua resistência à doença tenha algo a ver com o seu tipo sanguíneo (O-).

Extremamente inteligente e didático nas convicções, Guedes admite que o jogo político, cheio de idas e vindas, ainda é um desafio para ele. Ele conta que, em plena pandemia, surpreendeu-se com um movimento organizado para tirar o presidente Bolsonaro do poder — uma espécie de conspiração da qual fariam parte congressistas, governadores e pessoas ligadas às mais altas cortes de Justiça. O ministro diz que quem lhe confidenciou essa história pela primeira vez foi João Doria, governador de São Paulo, que, inclusive, teria tentado convencê-lo a deixar o Ministério da Economia antes que isso acontecesse. Depois da saída de Moro, Guedes teria sido escolhido como alvo do grupo que vislumbrava o fim do governo. “Me senti como se estivesse atravessando um rio,

“Estamos disparando uma onda de investimentos. O grande desafio de 2021 será exatamente esse. O Brasil será a maior fronteira de investimento do mundo. Quer investir em petróleo? Vai ter. Quer investir em gás natural? Tem. Quer investir em ferrovia? Tem”

MENOS É MAIS Leilão de estatal: o governo quer vender pelo menos quatro grandes

pulando de um jacaré para o outro e tentando desviar das pedras. E os caras vendo se me derrubam para o jacaré me comer”. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Chegamos à metade do governo Bolsonaro. A agenda liberal prometida durante a campanha se perdeu? Desde o início do governo, tínhamos uma noção muito clara de que deveríamos quebrar a dinâmica explosiva de gastos públicos e atacar três torres, que são as principais despesas. A primeira e maior de todas era o privilégio da Previdência Social. No primeiro ano, fizemos a reforma da Previdência, que estava parada havia vários governos e que ninguém conseguia fazer. Após derrubarmos a primeira torre, partimos para o ataque da segunda: despesa com juros da dívida, que caíram. Com isso, economizaremos 400 bilhões de reais. Por fim, a terceira torre: o funcionalismo público. Durante a pandemia, conseguimos congelar os salários dos servidores por



três anos, economizando mais 300 bilhões de reais. Isso é algo que o Brasil nunca experimentou.

Mas o senhor vem sendo criticado por economistas renomados e ex-ministros da Economia por entregar pouco perto do que estava prometido... Essa crítica é ridícula. Se eu faço a reforma da Previdência e dizem que eu não entrego, o que eu vou falar de quem passou antes de



Veículo: Veja - **Tipo de Mídia:** Revista - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 4/8
Título: Minhas resoluções de ano-novo **Impacto:** Neutro



REYNATO S. CERQUEIRA/FUTURA PRESS

não acha? Eles estavam sendo sabotados e saíram do governo, ou foram embora porque não estava funcionando.

Qual das duas hipóteses é a verdadeira? Só posso dizer que a saída deles não foi uma coincidência.

No caso das privatizações, a falta de empenho do presidente Bolsonaro atrapalha? É evidente que tem problema dentro do governo a respeito disso. Cada ministro tem a sua estatal. Estamos convencendo um a um. No início do governo, vários ministros achavam natural ficar com as suas estatais. Os militares, por exemplo, são a favor das estatais. Eles fizeram uma porção delas. Quando Salim (*Mattar, ex-secretário de Desestatização*) saiu, ele falou que cada ministro acha que a estatal é dele e senta em cima. É claro que teve um problema nosso também. Levamos tempo demais para descobrir o que estava acontecendo. Mas o apoio do presidente será decisivo. Quero anunciar quatro privatizações, apoiadas pelo presidente, o mais rápido possível.

A reforma administrativa, que não tem a simpatia do presidente, também não avançou como esperado... Entreguei a reforma administrativa no fim de novembro do ano passado, e o entorno do presidente a

mim? Se eu faço o Mercosul e dizem que eu não entrego, o que eu vou dizer de quem passou antes? Se eu faço os acordos com a União Europeia, a Lei Kandir, o Banco Central independente, a cessão onerosa, o marco do saneamento... O que vou dizer dos meus antecessores? Respondendo a sua pergunta, essas críticas são narrativas políticas, são negacionistas, são anticientíficas, porque a ciência é baseada em resultados empíricos. Fazer

o teto de uma casa é fácil, mas construir as paredes para segurá-lo é mais difícil. E foi isso que a gente fez.

Mas e as privatizações e as outras grandes reformas que ficaram no papel? Houve, de fato, duas falhas: a privatização e a reforma tributária. Por coincidência, eu não tenho mais em minha equipe nenhum dos dois secretários que cuidavam desses projetos desde o início. Isso fala por si só, você



“O grande desafio agora será transformar a recuperação cíclica alicerçada em consumo em uma retomada do crescimento baseada em investimentos. Crescimento de verdade é com investimento, ampliação de capacidade produtiva. Temos de fazer uma transição completa da economia dirigista para a economia de mercado”

OBJETIVOS Linha de montagem: a ideia é desonerar a folha e diminuir impostos

Veículo: Veja - **Tipo de Mídia:** Revista - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 5/8
Título: Minhas resoluções de ano-novo **Impacto:** Neutro

ECONOMIA  **ESPECIAL**



“A minha posição sempre foi: o auxílio emergencial foi para a pandemia. Não vamos subir cadáveres para fazer política e para fingir que a pandemia está aí, que voltou só para poder pegar a grana do governo. Não vamos fazer isso, porque é um ataque às futuras gerações. É uma irresponsabilidade”

FIM Auxílio emergencial: missão cumprida, mas sem chance de extensão

bloqueou. Fiz a minha parte. Entreguei a proposta ao presidente da República (que a enviou ao Congresso em setembro deste ano). Mas o atraso da administrativa foi mais do que compensado pelo congelamento de salário dos servidores públicos. Por isso, o ministro sorri quando dizem que ele está perdido. Nunca perdi o foco.

Quem seria esse “entorno do presidente”? Prefiro dizer só entorno. Tem muita gente lá em volta.

O senhor já pensou em sair do governo? Houve um momento em que isso quase aconteceu. Mas não foi por causa do presidente. Foi quando a Câmara, o Senado, a liderança do governo e todo mundo deixou aberta a possibilidade de destinar o dinheiro para o combate à Covid-19 para dar aumentos salariais generalizados. Naquele momento, pedi ao presidente para ve-

tar. Se ele não vetasse, não tinha mais o que fazer no governo. Mas nunca foi colocado assim: “Ou faz isso ou vou embora”. Nunca. O presidente confia em mim e eu confio no presidente. Eu sabia que ele iria vetar e ele sabia que, se eu pedi, é porque era importante.

E quando a reforma tributária da equipe econômica sairá da gaveta? A nossa reforma tributária virá por fases. Desde a campanha, falei isso. Queremos uma brutal simplificação de impostos e gostaríamos de ter uma desoneração da mão de obra também. Não adianta fazerem acordo com a esquerda e me chamarem para uma reforma tributária que aumenta imposto. Somos liberais. Não vamos aumentar impostos. Se tudo der certo, o Brasil pode crescer 4% em 2021 e por dez anos seguidos. Se as reformas estruturantes não forem aprovadas, teremos crescimento baixo, inflação alta e



Veículo: Veja - **Tipo de Mídia:** Revista - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 6/8
Título: Minhas resoluções de ano-novo **Impacto:** Neutro

dólar descontrolado. Podemos seguir o caminho da Argentina.

De onde vem a convicção de que 2021 é o ano da economia? Essa volta do crescimento em V é prova de que o Brasil estava decolando quando a pandemia chegou. O Brasil será a maior fronteira de investimentos do mundo em 2021. Ninguém está oferecendo tantas alternativas de investimento quanto nós. O Ministério do Desenvolvimento Regional terá 600 bilhões de reais em investimentos nos próximos dez anos. O Ministério da Infraestrutura, mais 550 bilhões de reais na próxima década, com concessões de aeroportos, rodovias e ferrovias. Na área de mineração, com o marco regulatório, vamos movimentar dezenas de bilhões de reais por ano. Agora, temos a nova lei de cabotagem, que está no Congresso para ser aprovada. Teremos a privatização da Eletronbras. O novo marco do gás natural

já foi aprovado no Senado e voltou para a Câmara. Estamos disparando uma onda de investimentos. O grande desafio de 2021 será exatamente esse. O Brasil será a maior fronteira de investimento do mundo. Quer investir em petróleo? Vai ter. Quer investir em gás natural? Tem. Quer investir em ferrovia? Tem. Quer investir no setor elétrico? Tem. Quer investir em cabotagem? Tem. Será um cardápio vastíssimo.

A discussão sobre o teto de gastos está pacificada? O presidente tomou uma decisão. Em vez de furar o teto e desestabilizar o Brasil, ele disse: "Eu não sou um populista. Entendo que o auxílio emergencial foi uma resposta à pandemia. Então, se a pandemia foi embora, acabou o auxílio emergencial. Ponto". Ninguém fala mais nisso. Tem de manter o teto de gastos para manter o juro baixo, o câmbio também favorável. Ou seja, se você sair gastando, o juro vai lá em ci-

ma e o câmbio afunda de novo. Se você mantém o teto, o juro cai baixo, ou seja, ajudando esses investimentos todos que mencionei. Ao mesmo tempo, o câmbio lá em cima também estimula as exportações, o agronegócio, protegendo a indústria brasileira. No ano que vem, venderemos a Caixa Seguridade e o Banco Digital da Caixa. Com isso somado aos marcos regulatórios, o setor privado aprofunda os horizontes de investimentos. Espero que tenhamos encontrado o eixo político, que será fundamental para avançar nas reformas.

Qual será o maior desafio para a economia em 2021? O grande desafio agora será transformar a recuperação cíclica alicerçada em consumo em uma retomada do crescimento baseada em investimentos. Porque para ser crescimento de verdade é com investimento, ampliação de capacidade produtiva. Temos de fazer uma transição



“A acusação de que a gente não entrega é de um ridículo atroz. Não é só injusto, é pior do que injusto. Toda vez em que o ministro prometeu, ele combinou e alguém no processo político travou. Daí a conclusão do dia seguinte: não adianta prometer, porque quem dá o timing da reforma é o político”

AGENDA Congresso: expectativa de destravar os principais projetos

Veículo: Veja - **Tipo de Mídia:** Revista - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 7/8
Título: Minhas resoluções de ano-novo **Impacto:** Neutro



completa de uma economia dirigista para uma economia de mercado. Temos de terminar a abertura econômica. Por isso estamos correndo com os marcos regulatórios.

Com a derrota de Donald Trump nas eleições, o Brasil corre o risco de ficar isolado na política externa? A questão é que a aposta foi feita no Trump. A aposta era: o presidente Bolsonaro cola no Trump e ocupamos o banco dos Brics, que é onde está a China, e o BID. Fizemos um acordo com os americanos. O americano foi eleito presidente do BID e, com isso, iríamos ganhar o BID Invest. Deu errado. Ao mesmo tempo, tem essa guerra de narrativa contra o Brasil na selva amazônica. Estamos reconstruindo a nossa influência lá fora. Estou seguro de que estamos fazendo o certo.

Qual a avaliação do senhor sobre o combate à pandemia? Acho que estamos vencendo. A economia e a saúde sempre andaram juntas. O próprio presidente dizia: "Tem duas ondas, não é uma só". Então, o que está acontecendo agora? A vacina está chegando, e a economia está reto-

mando. Estamos quase vencendo, mas não vencemos ainda. Se a vacina não chega, se não chega a vacinação em massa, daqui a pouco pode haver uma volta do distanciamento social, e aí a economia afunda de novo. Precisamos realmente terminar o serviço. E terminar o serviço é fazer a vacinação em massa para impedir a tal da segunda onda.

É a favor da obrigatoriedade da vacina contra a Covid-19? Não. As pessoas têm de ter o direito de escolher. Podem tomar a vacina do laboratório A ou a B, ou nenhuma. Agora, se não tomarem nenhuma, também não podem entrar no cinema, porque poriam os outros em risco. Então tem de ter um passaportezinho da imunidade.

Já se acostumou com o ambiente de Brasília? Me sinto atravessando um rio no lombo de um monte de jacaré. Toda hora pulo de um jacaré para o outro. Aí, de repente, vejo os críticos jogando pedra. Eu pulando de um jacaré para o outro, e os caras vendo se me derrubam para o jacaré me comer. O negócio é incompre-



SERGIO LIMA/AFI

vel. Um dia, por exemplo, me liga o João Doria e diz: "Paulo, pelo amor de Deus, sai daí. Salva a sua biografia. O presidente vai cair. Mais dois meses, ele vai estar no chão. O Supremo vai fazer isso...". Aí, eu disse: "João, você está louco? Vai governar São Paulo, rapaz. Deixa de ser maluco".

"Houve, sim, um movimento para desestabilizar o governo. Não é mais ou menos, não. Tinha cronograma. Em sessenta dias iriam fazer o impeachment. Tinha gente da Justiça, tinha o Rodrigo Maia, tinha governadores envolvidos. O João Doria me ligou e disse assim: "Paulo, é a chance de salvar a sua biografia"

ALVO Doria: o governador teria pedido ao ministro que deixasse o cargo



SEBASTIAO MOURA/EFE

Veículo: Veja - **Tipo de Mídia:** Revista - **Data:** 20/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 8/8
Título: Minhas resoluções de ano-novo **Impacto:** Neutro



“Existe uma negação e um inconformismo quanto ao resultado da eleição. Isso é ruim para nosso sistema democrático. Isso ensina a não aceitar o resultado. Quando alguém ganha uma eleição, tem de ter o direito de fazer o seu programa”

HARMONIA Sobre Bolsonaro:
“O presidente confia em mim e eu nele”

Houve um movimento real para desestabilizar o governo? Houve, sim, um movimento para desestabilizar o governo. Não é mais ou menos, não. Tinha cronograma. Em sessenta dias iriam fazer o impeachment. Tinha gente da Justiça, tinha o Rodrigo Maia, tinha governadores envolvidos. O Doria ligou para mim e disse assim: “Paulo, é a chance de salvar a sua biografia. Esse governo não vai durar mais de sessenta dias. Faz um favor? Se salva”.

E o que o senhor fez depois? Liguei para cada um dos ministros do Supremo para tentar entender o que estava acontecendo. Conseguimos desmontar o conflito ouvindo cada um deles. O ministro Gilmar Mendes, por exemplo, sugeriu que o governo deveria dar um sinal, caso estivesse realmente interessado em pacificar as relações. A demissão do Weintraub foi uma sinalização. Liguei também para o ministro Barroso e para o ministro Fux.

A democracia esteve em algum momento em risco? Não, jamais.

Mas teve um momento de muita tensão, quando o Supremo sinalizou que podia apreender os telefones do presidente da República. Me lembro que teve uma reunião de ministros e o Weintraub chamando para o pau. O presidente chegou lá bufando: “Fala aí, Abraham, fala aí, Abraham”. Aí o Abraham: “Quero saber quem está comigo. Eu vou partir para cima do Supremo, e o Supremo vai querer me prender. Antes de ele me prender, vou fazer uma passeata e partir para cima do Supremo e quero saber qual ministro está comigo e quem está com os traidores”. Nessa hora, eu interfeiri. Disse que estávamos caindo numa armadilha, que o script já estava montado, que aquilo era inapropriado. Os generais presentes me apoiaram. Sugeri ao presidente mandar o Weintraub para o Banco Mundial, em junho. A partir daí, as coisas se acalmaram entre o governo e o STF.

Recentemente, o ministro Edson Fachin, do Supremo, suspendeu a

isenção de imposto para importação de armas. Eu baixei o imposto sobre armas. Desde que o presidente tomou posse, ele está pedindo isso. Aí vem o ministro do Supremo e diz que não pode. É um absurdo. Quem controla as tarifas somos nós. O povo brasileiro votou no plebiscito que quer ter arma. Aí vem o juiz do Supremo e diz que não posso baixar a tarifa de importação de arma. Isso é um caso absurdo de interferência. Isso está errado. Tarifa de importação quem bota sou eu. Não preciso nem do Congresso para fixar a tarifa.

Por que isso acontece? Antes, democracia era o que a esquerda quisesse fazer. De repente, chega um cara que fala assim: “Deus acima de tudo. Sou contra o aborto...”. Ele tem direito a essa opinião dele. Quem ganhou eleição tenta aprovar a sua pauta. Quem perdeu se candidata em 2022 e muda a pauta na próxima. Encaro isso como normal. Mas há pessoas que encaram como uma guerra. E essa guerra precisa acabar. ■

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 21/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Olho na reeleição **Impacto:** Neutro

País



Gilmar Mendes concede habeas corpus a doleiro
Chaaya Moghrabi é suspeito de ter movimentado US\$ 239 milhões ilegalmente. glo.bo/2WuztWt



Acenos. Às vésperas da eleição para os comandos da Câmara e do Senado, Bolsonaro tem sinalizado quais projetos gostaria de ver pautados, como a exclusão de ilicitude, a regularização fundiária na Amazônia e o voto impresso

OLHO NA REELEIÇÃO

Bolsonaro aposta em projetos para agradar seu eleitorado

FEDRO CAPETTI
pedro@bolsonaro.com.br

Às vésperas da eleição para os comandos da Câmara e do Senado, o presidente Jair Bolsonaro começa a sinalizar os projetos que gostaria de ver pautados no próximo biênio no Congresso. Os próximos presidentes das duas Casas serão responsáveis pela definição do que será colocado em votação na segunda e última metade do mandato do chefe do Executivo, o que desperta interesse com olhos em uma possível reeleição em 2022. Bolsonaro aposta em temas sensíveis à sua base "raiz". Projetos como a exclusão de ilicitude, a regularização fundiária na

Amazônia, a regulamentação da educação domiciliar no Brasil, o voto impresso, mudanças na legislação de improbidade administrativa e a conhecida "agenda de costumes" foram mencionados nos últimos dias tanto em conversas com eventuais postulantes, quanto externadas em pronunciamentos públicos.

Especialistas afirmam que, com essa agenda, Bolsonaro aposta em manter parcela do núcleo duro que o apoiou em 2018, diante de uma possível queda de popularidade nos próximos meses com o fim do auxílio emergencial, em meio a uma economia com inflação em alta, renda compro-

metida e mais de 14 milhões de desempregados.

— Dado que o liberalismo na figura do (Paulo) Guedes e o combate à corrupção com (Sergio) Moro foram erodidos, sobrou (para Bolsonaro) aquilo que lhe é confortável (pautas mais sensíveis ao bolsonarismo) — afirma Rodrigo Prando, cientista político da Universidade Presbiteriana Mackenzie. — Serão dois anos de confrontação e dois anos em busca de reeleição.

Em 2019 pautas econômicas tiveram prioridade, com a aprovação, por exemplo, da Reforma da Previdência, enquanto este ano a pandemia Covid-19 dominou o plenário.

Em entrevista na última

semana, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), um dos principais obstáculos para o avanço dessa agenda, disse que debater essa pauta no Legislativo é uma forma de fortalecer a candidatura de Bolsonaro à reeleição.

— Ele não ter a pauta de costumes na Câmara reduz esse ambiente polarizado, que construiu a outra eleição dele e vai construir a próxima. Ele não ter ambiente de debate na Câmara sobre armas, de costumes, sobre aborto, diminui o debate na sociedade sobre a pauta (em) que ele quer construir a eleição dele — disse Maia em café de fim de ano com jornalistas.

Em alguns casos, o governo articula apoiar medidas que foram propostas por deputados e senadores. Em outros, acelerar a tramitação de textos enviados pelo próprio Executivo ou reenviar a matéria. Na lista, há projetos que agradam até mesmo a oposição.

CONVERGÊNCIA

Na última quinta-feira, durante visita a Porto Seguro (BA), Bolsonaro defendeu a revisão da Lei de Improbidade Administrativa, considerada por especialistas uma das mais importantes legislações para assegurar a moralidade no serviço público. A agenda agrada parte dos integrantes do centrão e até mesmo do PT.

Em setembro, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), chegou a se aliar ao deputado de oposição Carlos Zarattini (PT-SP) para defender um projeto que abrandava a legislação. A proposta foi debatida em comissão especial, mas ainda não houve votação do mérito.

Há outros, no entanto, que membros da esquerda, que serão fiéis da balança para a eleição nas duas Casas, se posicionam de modo contrário. O

projeto da exclusão de ilicitude, por exemplo, integrava o pacote anticrime enviado pelo então ministro da Justiça, Sergio Moro, ao Congresso em 2019, mas foi retirado de pauta por um grupo de trabalho da Câmara. A proposta livrava de punição agentes de segurança responsáveis por mortes ou atos violentos durante ação policial.

Outro tema que ganha força é o voto impresso. Nas últimas semanas, após a eleição municipal, o assunto vem ganhando força na base mais ideológica do presidente nas redes sociais sob a argumentação de que o sistema eletrônico seria suscetível a fraudes. Não há provas de tais acusações.

Uma Proposta de Emenda à Constituição, apresentada em setembro 2019 pela deputada bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF), está parada na Comissão de Constituição de Justiça da Câmara. O texto estima que a impressão de um comprovante após o voto eletrônico custaria cerca de R\$ 2,5 bilhões ao longo de dez anos.

Em setembro deste ano, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu, de forma unânime, pela inconstitucionalidade do voto impresso.

AS PAUTAS DO PRESIDENTE

Exclusão de ilicitude

Livra de punição agentes de segurança responsáveis por mortes ou atos violentos durante ação policial. Fazia parte do pacote anticrime do ex-ministro Sergio Moro, mas foi rejeitado pela Câmara.

Regularização fundiária na Amazônia

O presidente Jair Bolsonaro quer reapresentar medida provisória que perdeu a validade por não ter sido votada pelo Congresso dentro do prazo. O

texto previa que a regularização poderia ser feita em lotes ocupados até 2014 e, em alguns casos, até 2018, o que foi visto por movimentos ambientalistas como uma espécie de "anistia" e incentivo à grilagem de terras.

Educação domiciliar

O "homeschooling" não tem regulamentação no país e é uma demanda de grupos religiosos que consideram a escola inadequada. É uma das metas não cumpridas dos primeiros cem dias da gestão Bolsonaro.

Voto impresso

Bolsonaro defende a impressão de um comprovante após o voto eletrônico, sob o argumento de que o sistema atual seria suscetível a fraudes. Não há provas de tais acusações.

Revisão da Lei de Improbidade Administrativa

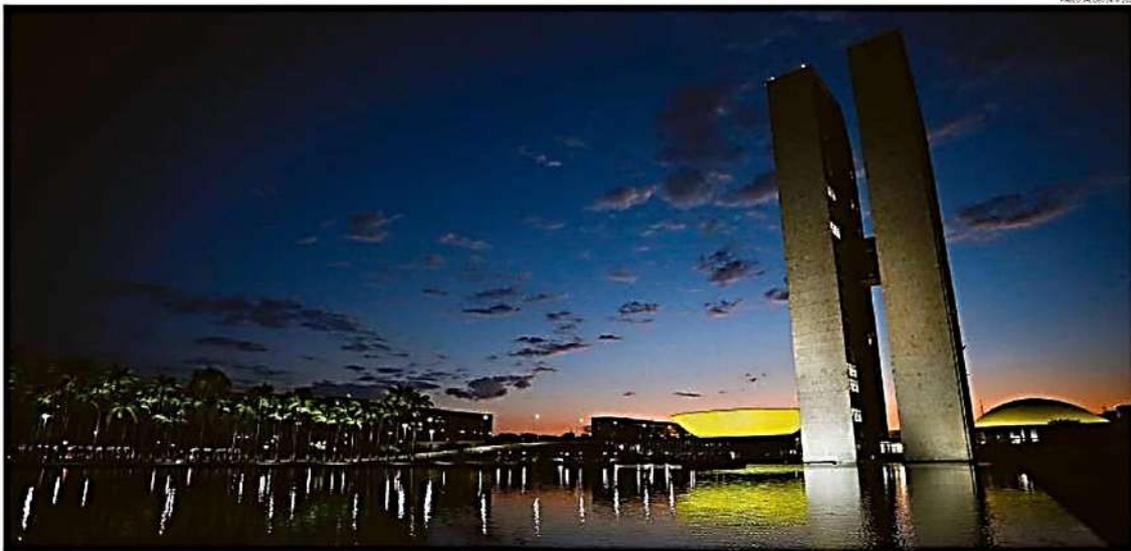
A ideia é diminuir seu alcance e eliminar a forma "culposa" — sem intenção — do ato. A Lei é considerada importante para assegurar a moralidade no serviço público.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 21/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Bomba fiscal **Impacto:** Neutro

ALERTA DO TESOUREIRO

BOMBA FISCAL

Projetos no Congresso para ajudar estados e municípios podem custar R\$ 589 bi à União



Congresso Nacional. Três propostas voltadas aos governos locais estão na lista de projetos que o Ministério da Economia está de olho para evitar que sejam votadas e aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ano de 2021 nem começou, mas a equipe econômica já está preocupada com a possibilidade de avanço no Congresso Nacional de propostas que aumentam os gastos públicos. O governo federal estima que pode perder até R\$ 589 bilhões em dez anos caso a Câmara e o Senado aprovem um conjunto de projetos que beneficiam estados e municípios. A conta faz parte de um relatório do Tesouro Nacional sobre os riscos fiscais que rondam o Orçamento da União e inclui três propostas.

Na semana passada, como apoio do governo, Câmara e Senado já aprovaram um socorro de R\$ 217 bilhões para estados e municípios. A proposta incluiu o perdão pelo descumprimento do teto de gastos dos estados, a reformulação do Regime de Recuperação Fiscal e a permissão para crédito em troca de ajuste nas contas. O pacote aprovado é composto majoritariamente por alívio na dívida dos governos locais e, portanto, sem impacto nas despesas da União.

Os projetos que chamam atenção dos técnicos do Tesouro, por outro lado, constituem risco de aumento de gastos para o governo federal e estão na lista das propostas que o Ministério da Economia está de olho para evitar que sejam votadas e aprovadas.

“Os impactos estimados de propostas legislativas que alteram o relacionamento interfederativo, para um período de dez anos, são de aproximadamente R\$ 589,7 bilhões. Tratam-se de propostas que beneficiam os entes subnacionais ao mesmo tempo que oneram a União. São importantes fontes de incertezas para a União”, diz o relatório do Tesouro, que faz um levantamento dos riscos que podem atingir os cofres do governo federal num momento de forte restrição fiscal.

MAIS TRANSFERÊNCIAS

O relatório cita uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê uma transferência adicional de 1% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a ocorrer no mês de setembro (além das duas que já são feitas em julho e dezembro). Esse percentual seria aplicado sobre a mesma base que hoje compõe

o FPM: a arrecadação dos impostos federais sobre a renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI). A medida teria um peso de R\$ 35,2 bilhões em uma década.

O texto começou a tramitar no Senado, onde já foi aprovado em dois turnos de votação. Na Câmara, a PEC já foi aprovada em primeiro turno, faltando apenas uma votação em segundo turno. Para aprovar uma PEC, é necessário o apoio de ao menos 308 deputados.

Na semana passada, deputados pediram ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para pautar a proposta. O calendário apertado, por outro lado, não permitiu a votação.

—A PEC já foi aprovada no primeiro turno aqui. E eu fiz um apelo ao presidente da Casa de que votemos a matéria em segundo turno. Essa PEC é muito importante para a revisão do pacto federativo — disse o deputado Júlio César (PSD-PI), um dos principais defensores da medida.

Também relacionado a transferências, outra proposta de emenda à Constituição, se aprovada, aumentaria os gastos do governo federal em R\$ 165,7 bilhões nos próxi-

mos dez anos. A PEC aumenta a alíquota do Fundo de Participação dos Estados (FPE) de 21,5% para 26% da arrecadação dos impostos federais sobre a renda e sobre o IPI.

A proposta tem a autoria de 30 senadores, entre eles parlamentares da base aliada ao governo, e é por isso que ela preocupa a equipe econômica. No projeto, os senadores afirmam ser necessário “reequilibrar” as relações entre os entes da Federação, e reclamam de uma prática recorrente da União: ampliar a arrecadação por meio da criação de tributos não compartilhados com estados e municípios, sobretudo contribuições.

Os fundos de participação



“Transferir recursos para governos locais não é a solução para as desigualdades de estados e municípios. A gente precisa ter planejamento de longo prazo”

Felipe Salto,
diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI)

são recursos repassados pela União a estados e municípios, formados por parcelas das receitas arrecadadas pelo governo federal. Em muitas cidades, o fundo de participação é a principal fonte de receita e, por isso, deputados e senadores tentam com frequência ampliar esse repasse.

REDUÇÃO DE JUROS

O relatório do Tesouro Nacional destaca ainda um projeto que prevê reduzir novamente os juros cobrados pela União nas operações em que o governo federal refinanciou as dívidas de estados e municípios. Os juros seriam limitados à correção pela inflação, e a alteração do indexador seria retroativa às assinaturas dos contratos originais. Essa proposta teria o maior impacto, de R\$ 388,8 bilhões.

Para o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, os aumentos nos percentuais que compõem os fundos de estados e municípios não foram capazes de reduzir as diferenças inter-regionais, porque diversas cidades não têm estrutura administrativa para transformar os recursos em projetos:

— Transferir recursos para governos locais não é a solução para as desigualdades de estados e municípios. A gente precisa ter planejamento de longo prazo, não é apenas distribuir recursos, até porque a capacidade da União de distribuir recursos é nula. Transferir dinheiro para localidades que não têm infraestrutura e burocracia qualificada faz com que esses recursos acabem em aumento de salário dos funcionários públicos.

Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da RPS Capital, considera essa agenda do Congresso equivocada. Ele cita o acordo com o Supremo que fará o governo transferir mais de R\$ 60 bilhões a estados e municípios até 2037 por conta da Lei Kandir — que busca compensar governos locais pela desoneração das exportações:

— Não é verdade que o governo federal transfere poucos recursos para estados e municípios. Olhando para frente, ele está ampliando as transferências. O governo federal já propôs e foram aprovadas diversas medidas que ampliam benefícios para estados e municípios. A União tem estendido a mão para o federalismo fiscal brasileiro.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 21/12/20 - Cidade/UF: SP
Título: Auxílio emergencial é a única renda de 36% dos que receberam o benefício Impacto: Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO ***

SEGUNDA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2020 A13

mercado

Auxílio emergencial é a única renda de 36% dos que receberam o benefício

Redução do voucher para R\$ 300 levou 75% dos beneficiários a diminuir compra de alimentos

Eduardo Cuello

SÃO PAULO O auxílio emergencial é única fonte de renda para 36% das famílias que receberam pelo menos uma parcela do benefício neste ano, segundo pesquisa Datafolha realizada de 8 a 10 de dezembro.

Apesar de a mesma política, no entanto, caiu nos últimos meses, período em que o valor pago pelo governo foi reduzido pela metade. No levantamento feito em agosto, 44% apontavam o auxílio como única fonte de renda.

Com a redução do benefício, cujo valor de referência caiu de R\$ 600 para R\$ 300 por mês, e a retomada parcial da atividade econômica, muitas pessoas saíram em busca de outras fontes de renda.

Segundo a pesquisa, 39% dos entrevistados pediram o auxílio emergencial e 81% dos pedidos foram atendidos. Dados do governo mostram que o voucher alcançou quase 10 milhões de brasileiros.

O Datafolha também perguntou como a redução do benefício afetou o entrevistado. O principal efeito foi a adoção de ações para cortar gastos.

De acordo com pesquisa, 25% dos beneficiários reclamaram a compra de alimentos, 65% cortaram despesas com remédios, 57% diminuíram o consumo de água, luz e gás e 55% deixaram de pagar as contas da casa. Mais da metade dos beneficiários também reduziu os gastos com transporte (54%) e/ou parou de pagar escola ou faculdade (53%).

Ainda de acordo com a pesquisa, o percentual de pessoas que perderam renda por causa da pandemia era de 46% em agosto, número que caiu para 42% dos entrevistados em dezembro.

Entre os que receberam o benefício emergencial, a parcela daqueles que sofreram uma redução de renda caiu de 66% em agosto para 51% em dezembro — ou seja, são pessoas que, mesmo com o auxílio, não evitaram um impacto negativo sobre sua renda.

Embora ainda atraja mais da metade dos beneficiários, a redução do percentual dos que declaram perda de renda reflete a retomada das atividades econômicas nos últimos meses, sobretudo no setor de comércio e indústria.

O auxílio emergencial está previsto para acabar a partir de janeiro. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirma que não haverá prorrogação do benefício e nem a criação de um novo programa.

Continua na pág. A14



Daqui pra frente, mais do que imaginar, é preciso planejar o futuro.

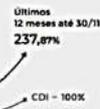


Previdência Safra.

Daqui pra frente, conte com uma seleção completa de produtos com gestão ativa Safra.

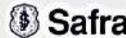
Como o Safra Prev Newton, um fundo exclusivo para investidores qualificados que varia sua estratégia de alocação de acordo com o cenário econômico.

Um multimercado que pode investir no Brasil e no mundo e é capaz de alocar até 100% de seus ativos em renda variável para buscar os melhores resultados.



Invista ainda este ano e aproveite as vantagens fiscais dos planos PGBL e VGBL.

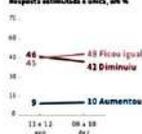
Conheça essa e outras estratégias de Previdência.



Parcela dos que perderam renda com a pandemia diminui

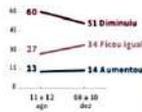
Por causa do coronavírus, a renda familiar na sua casa aumentou, ficou igual ou diminuiu?

No total da amostra Resposta estimada a única, em %



Entre os que receberam alguma parcela do auxílio emergencial

Resposta estimada a única, em %



39% dos entrevistados pediram o auxílio emergencial e 81% dos pedidos foram atendidos

Com redução do auxílio, famílias buscam outras fontes de renda*

Resposta estimada a única, em %



*Entre as famílias com 18 anos de mais que receberam ao menos uma parcela do auxílio emergencial. Fonte: Pesquisa Datafolha realizada de 8 a 10 de dezembro de 2020 com 2.018 pessoas, sob regime de margem de erro de dois pontos percentuais.

Advertisement for Safra investment products, including a table of fund performance and a QR code for more information.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 21/12/20 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo aceita alíquota menor na fusão de PIS e Cofins se estados cederem **Impacto:** Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO ***

Auxílio emergencial é a única renda de 36% dos que receberam benefício

Continuação da pag. 41

O governo federal vai gastar neste ano R\$ 580 bilhões com políticas públicas para combater os efeitos econômicos da pandemia, sendo que 57% do valor (R\$ 322 bilhões) irá para o auxílio emergencial. Para efeitos de comparação, o orçamento de 2020 previa no início do ano um gasto de R\$ 92,4 bilhões com políticas de desenvolvimento social, concentradas principalmente no Bolsa Família e no BPC (Benefício de Prestação Continuada, no valor de um salário mínimo, para pessoas com deficiência e idosos). O valor fixa mais que suficiente para compensar a queda na renda do trabalho neste ano, fazendo com que a massa total de rendimentos dos brasileiros (soma de salários e benefícios) crescesse neste ano.

Essa injeção de recursos também contribuiu para reduzir a pobreza no país. De acordo com estudo do pesquisador do IUPERJ (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) Vinícius Botelho, a redução do auxílio emergencial pela metade já colocou a renda de

cerca de 7 milhões de pessoas abaixo do nível de pobreza de até R\$ 1,50 por dia em outubro deste ano, em relação ao verificado em setembro. Segundo ele, esse número deve subir para quase 17 milhões após a extinção do benefício, no início de 2021.

Rosalina Georgieva, diretora do FMI (Fundo Monetário Internacional), afirmou que o fim prematuro do auxílio emergencial pode significar obstáculos à recuperação econômica e aumento da desigualdade, além de fazer com que o Brasil alcance a marca de 24 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza.

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o 'plano A' do governo considera que a atividade econômica está em processo de retomada e que o auxílio emergencial será encerrado em 31 de dezembro. Ele afirmou que, se isso não se confirmar, o governo terá que tomar uma ação fulminante e decisiva como teve no início da pandemia.

Como a redução do auxílio pela metade afetou os beneficiários

Resposta estimada e única, em %



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada de 9 a 20 de dezembro de 2020, com 2.036 pessoas, por telefone. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Governo aceita alíquota menor na fusão de PIS e Cofins se estados cederem

Ministério da Economia cortará parte da União de 12% para 10% caso a alíquota seja de 10% para unidades da federação e de 2% para municípios

Thiago Resende e Danielle Brant

BAASIA Diante de articulação na Câmara para destravar o projeto do governo de fusão do PIS e da Cofins, a equipe econômica sinalizou que pode aceitar reduzir a alíquota da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços, que unificará os tributos de 12% para 10%). Em contrapartida, o time do ministro Paulo Guedes (Economia) quer que o Congresso concorde em prever alíquota de 10% para estados e de 2% para municípios, quando esses entes aderirem à reforma tributária.

A ideia do governo é que o país tenha um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) com alíquota de 22%. Esse tributo incidiria sobre o consumo e representaria a fusão de PIS, Cofins (ambos federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal). A equipe econômica diz acreditar que a versão da reforma tributária apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que junta esses quatro tributos e mais o IPT (Imposto sobre Produtos Industrializados), possa resultar em uma alíquota maior que 20%.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que defende essa proposta, nega que esse seria o percentual final. O texto de Rossi prevê que as alíquotas serão calibradas ao longo do tempo. Enquanto tributos antigos vão sendo desativados, o novo (imposto único) vai se formando de modo a manter a carga tributária. A transição para que o IBS (como seria chamado o IVA no modelo da Câmara) seja implementado é de cinco anos, mas líderes querem reduzir esse prazo. No modelo mais recente traçado pelo Ministério da Economia, a reforma tributária começaria com a fusão do PIS e da Cofins (na CBS), que entraria em vigor, segundo o projeto do governo, seis meses após a publicação da lei. Estados e municípios, então, poderiam apoiar uma mudança de regras no Con-

gresso e, assim, trocariam o ICMS e o ISS, respectivamente, por parte da arrecadação do IVA amplo (como passaria a ser chamada a CBS).

Como incentivo, o governo federal oferece uma ajuda de R\$ 37 bilhões por ano por meio de fundos regionais para que esses entes possam receber eventuais perdas e estimular o desenvolvimento regional.

Os estados, porém, reivindicam um plano mais ambicioso (de R\$ 480 bilhões) a ser bancado com parte da alíquota da União no IVA. Por isso, o governo tem sinalizado com a redução da alíquota da CBS, para União, estados e municípios, no imposto único.

Técnicos do Ministério da Economia, porém, argumentam que, diante da perspectiva de retomada da atividade, a tendência deve ser de aumento na arrecadação. Portanto, para União, estados e municípios, o cenário é positivo, do ponto de vista das receitas.

Em meio à disputa política pela sucessão na Câmara, Maia e líderes governistas não conseguem chegar a um acordo sobre a reforma tributária. O presidente da Câmara fez uma última investida para tentar aprovar a PEC (proposta de emenda à Constituição) de Baleia Rossi ainda em dezembro, mas o plano não andou.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), busca articular a votação do projeto da CBS, que, por não alterar a Constituição, precisa de maioria simples para ser aprovado (maioria dos deputados presentes na sessão).

Maia disse aceitar pausar a votação da proposta de Guedes até terça-feira (23), último dia de sessão na Câmara. Mas o deputado ainda não foi procurado por interlocutores do governo para tratar do assunto.

“É só lidar com o combinado, e ajustarmos o relatório e votarmos na terça”, disse Maia. O ajuste no texto da reforma tributária do governo, agora cabe ao relator, deputado Agnaldo Ribeiro (PP-PR), um

dos nomes favoritos de Maia para sucedê-lo na Câmara.

Já há, segundo a Economia, inclusive uma nova versão do projeto prevendo uma alíquota da CBS menor para a União. Segundo Barros, se o relatório for apresentado, o projeto de criação da CBS será votado.

Para a equipe econômica, a aprovação da primeira fase da reforma tributária de Guedes seria uma vitória, mas há receio de que o jogo político do Congresso impeça as negociações.

Governistas avaliam que Maia quer manter o protagonismo ao retomar discussões como a reforma tributária no fim do ano — o debate pode se estender ainda em janeiro.

Com isso, ele ganha capital político para eleger um sucessor. Maia, porém, diz que a reforma é necessária e daria um bom sinal ao mercado de que a agenda econômica avança.

No outro lado, está o grupo de Arthur Lira (PP-AL), aliado de Lira Bolsonaro. Lira quer evitar sessões em janeiro e multidões que a Maia às vésperas da eleição na Câmara, marcada para 1º de fevereiro.

Além da CBS, o governo tem conversado com técnicos do Congresso que tratam da reforma tributária para traçar uma estratégia para as outras fases do projeto de Guedes.

O Ministério da Economia defende que a PEC, relatada por Ribeiro, preveja mudanças como IPT reformulado de modo a ter alíquota única para todos os setores. Hoje a cobrança varia de acordo com o tipo de atividade da empresa.

Em relação ao imposto de Renda, o plano ainda é cortar deduções, como as médicas. Ribeiro já aceitou prever cobrança de IR sobre a distribuição de lucros e dividendos. A medida reduz a resistência nos partidos de esquerda, mas soalaria após a aprovação de outro projeto de lei.

Para o time de Guedes, a alíquota dessa nova cobrança deve ser de 26%, viabilizando corte de cerca de 5 pontos percentuais no IR de empresas, que pode chegar a 35%.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 21/12/20 - Cidade/UF: DF

Título: Auditoria do TCU aponta erros em série do governo no combate à Covid Impacto: Neutro

saúde

FOLHA DE S.PAULO ★★★

SEGUNDA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2020 B1

186.773 mortes
País registrou 408 novos óbitos
entre sábado e domingo7.237.350 casos
Mais de 24.680 infecções foram
detectadas em 24 horas

Auditoria do TCU aponta erros em série do governo no combate à Covid

Técnicos afirmam que Ministério da Saúde não tem plano estratégico de ação contra a doença



Presidente Jair Bolsonaro na apresentação do plano nacional de vacinação contra a Covid-19. Pedro Ladeira - 16 dez.20/Folhapress

Constança Rezende

BRASÍLIA Até o momento, não há plano estratégico do Ministério da Saúde para o enfrentamento da pandemia do coronavírus. Esta foi a conclusão do TCU (Tribunal de Contas da União) no processo que acompanha as ações do governo no controle da Covid-19 desde março.

Entre os problemas identificados pelos auditores do tribunal, questões que ainda persistem, estão a falta de entrega de equipamentos de proteção individual, respiradores, kits de testes e irregularidades em contratos. O resultado foi apresentado no dia 8 deste mês.

Os técnicos também manifestaram preocupação com o eventual descompasso entre o cronograma de fornecimento das vacinas contra a Covid e o de entrega das seringas e agulhas.

Anexado ao processo sob a relatoria do ministro relator Benjamin Zynler, o documento é elaborado pela SecexSaúde (Secretaria de Controle Externo da Saúde), que já produziu quatro relatórios

de acompanhamento.

Questionado sobre o relatório, o Ministério da Saúde respondeu, em nota, que viabiliza ações para o enfrentamento contra a Covid-19.

Segundo o tribunal, não há um planejamento "minimamente detalhado" para o combate à pandemia, e representantes da pasta comandada pelo general Eduardo Pazuello não compreendem como função do ministério a articulação com os entes subnacionais (governos estaduais e municipais).

Isso, de acordo com o TCU, dificulta ações integradas de compras de materiais e representa risco para o adequado uso de recursos.

Também afirma que, caso a pasta não entenda como sua a função de elaboração dos planos tático-operacionais, deverá recorrer da medida, pois o descumprimento, sem justificativa, das determinações do tribunal "pode gerar a responsabilização dos gestores do ministério".

Um dos exemplos é a aquisição de seringas e agulhas para as vacinas da Covid.

Os auditores do TCU dizem

que o ministério abriu contratação para 300 milhões de unidades do material, mas que 11 estados também já informaram terem iniciado o processo para 150 milhões de unidades dos mesmos itens.

Na sexta-feira, a Folha mostrou que o governo federal e o governo paulista já deram início a uma batalha para a aquisição dos produtos.

Segundo o tribunal, a CGU (Controladoria-Geral da União) alertou que não foram apresentados documentos que detalhassem ou embasassem o quantitativo de demanda do material pelos estados nem cronogramas de entregas.

"Ademais, não há clareza sobre quantas seringas do registro de preços serão adquiridas diretamente pelo Ministério da Saúde e quantas serão adquiridas pelos estados", diz o TCU.

Já o desabastecimento de medicamentos para a intubação, sentido durante os picos de internações, ainda não está solucionado.

Os auditores apontam que há entraves na compra de anestésicos, assim co-

mo também na aquisição de respiradores e equipamentos de proteção individual.

Apesar disso, o TCU afirma que há estoque de respiradores no almoxarifado da Saúde em Guarulhos (SP). A assessoria da pasta afirmou que não informaria a quantidade de itens no local "por questões de segurança".

Também há máscaras cirúrgicas que já deveriam ter sido entregues, de acordo com contratos. Um deles, de 200 milhões de unidades, previa que o material fosse entregue em até 30 dias contados da primeira remessa, no dia 26 de abril. Só 77% do total foi distribuído a estados e municípios.

Em outro contrato, assinado em 26 de março, o ministério adquiriu 20 milhões de máscaras cirúrgicas. Elas deveriam ter sido entregues em até 15 dias corridos.

Até setembro, só 3 milhões tiveram a destinação concluída. Não constam do processo informações sobre a entrega das máscaras restantes, segundo o TCU.

O registro e distribuição de vacinas no Brasil também

O que diz o relatório

MÁSCARAS

- Das 200 milhões que deveriam ter sido ser entregues até maio, só 77% foram distribuídas
- De 20 milhões compradas em 26 de março, só 3 milhões foram entregues

RESPIRADORES

- Há respiradores no estoque no Ministério da Saúde em Guarulhos (SP)
- Pasta não releva quantos "por questões de segurança"

PLANO DE CONTINGÊNCIA

- TCU diz que não há um planejamento minimamente detalhado para o combate à pandemia
- Representantes do Ministério da Saúde não compreendem como função da pasta a articulação com estados e municípios

SERINGAS

- Auditores manifestaram preocupação com o eventual descompasso no cronograma de fornecimento e que não há clareza sobre quantas serão adquiridas pelo Ministério da Saúde e pelos estados

INTUBAÇÃO

- Relatório diz que o desabastecimento de sedativos para pacientes graves da Covid continua
- Há entraves para a compra dos anestésicos

entrou no documento.

O tribunal frisou que a Lei 13.979 de 2020 estabelece que poderá ser concedida autorização excepcional e temporária para a importação e distribuição de quaisquer materiais considerados essenciais para auxiliar no combate à pandemia do novo coronavírus, sem registro na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), desde que registrado por uma das autoridades sanitárias estrangeiras listadas.

Também lembrou que a agência não estabelece um padrão de eficácia mínima para o registro das vacinas e que há algumas registradas no órgão, como a de influenza, que apresentam eficácia na faixa de 40%, "as quais desempenham importante papel no Programa Nacional de Vacinação".

"Mesmo com um nível de eficácia que pode não ser considerado muito elevado, se uma porcentagem grande de pessoas receber a vacina, consegue-se um nível alto de proteção da população, produzindo-se assim a chamada 'imunidade de rebanho'", diz o documento.

Além disso, os auditores recomendaram que a Anvisa faça a verificação técnica dos estudos das vacinas Covax Facility, consórcio internacional comandado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) para desenvolvimento de imunizantes.

Questionado sobre o relatório, o Ministério da Saúde, em nota, afirmou que está viabilizando a aquisição de seringas e agulhas, assim como dos equipamentos de proteção individual necessários à segurança dos profissionais de saúde que efetuarão a imunização.

A pasta disse que, semanalmente, divulga no Localiza-SUS (plataforma do governo federal) o número atualizado de ventiladores pulmonares distribuídos, atendendo a demandas dos estados e municípios.

"Os itens no estoque em Guarulhos estão à disposição de pedidos oficiais de secretários de Saúde municipais e estaduais, desde que atendam critérios objetivos determinados por esta pasta para a distribuição dos equipamentos, assim como a avaliação do cenário epidemiológico", afirmou.

O ministério disse também que repassa recursos para estados adquirem insumos — entre eles agulhas e seringas — e que, excepcionalmente, em razão da pandemia da Covid-19, a pasta realiza aquisição de forma centralizada.

Veículo: Valor Econômico - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 21/12/20 - **Cidade/UF:** Rio de Janeiro / RJ
Título: Especialistas não veem chances de união derrubar desoneração da folha **Impacto:** Neutro

Previdenciário Medida, considerada constitucional, beneficia 17 setores com forte geração de vagas

Especialistas não veem chances de União derrubar desoneração da folha no STF

Joice Bacao
Do Rio

A ação apresentada pelo governo no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a prorrogação da desoneração da folha de pagamento até o fim do ano que vem não tem chances de prosperar. Advogados ouvidos pelo Valor dizem que a medida, aprovada pelo Congresso Nacional, é constitucional e, ao contrário do que alega a Advocacia-Geral da União (AGU), não contraria nenhuma norma vigente.

O processo está nas mãos do ministro Ricardo Lewandowski, que na sexta-feira, ao ser designado relator, tirou as chances de o governo Jair Bolsonaro obter uma liminar durante o recesso do Judiciário. Ele decidiu levar para o Plenário o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade apresentada (ADI 6632) — o que só poderá ocorrer a partir de fevereiro.

A desoneração da folha beneficia 17 setores da economia. Essas empresas são as que mais empregam no país. Geram atualmente seis milhões de vagas que, em uma eventual decisão favorável ao governo, estariam em risco por conta do forte impacto financeiro da medida.

Somente a Feninfra, federação que representa as empresas de infraestrutura de telecomunicações, informática e call center, diz que o setor pode ter que cortar mais de 20% da sua mão de obra. Seriam 500 mil postos de um total de 2,2 milhões.

"E isso num momento em que o índice de desemprego no país está em 14%. Nós não estamos entendendo essa posição do governo", diz Vivien Suruagy, a presidente da Feninfra.

Ela classifica a ação que foi protocolada no Supremo como "uma grande e desagradável surpresa". Afirma que as empresas fecharam os seus programas de investimentos e contratação e qualificação de mão de obra para 2021 com base na deci-



Vivien Suruagy: revogação levaria a corte de vagas nas áreas de infraestrutura de telecomunicações, informática e call center

são do Congresso e, agora, não sabem mais se conseguirão cumprir.

O pedido governo, se aceito, pode ser a gota d'água para o setor de transportes: há risco de paralisação das atividades e de demissões. Otávio Cunha, presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), afirma que o setor vem, ao longo dos anos, sofrendo com a redução da demanda e neste ano de pandemia, especificamente, o cenário piorou muito. O número de passageiros caiu 80% nos meses de março e abril e, atualmente, está em 50% da média histórica.

A desoneração da folha foi instituída em 2011 para estimular a geração de empregos formais. Setores favorecidos com a medida, substituíram a contribuição ao INSS, de 20% sobre a folha de salários, por uma contribuição calculada sobre o receita bruta da empresa, que varia entre 1% e 4,5%.

O benefício seria extinto neste ano, mas o Congresso, ao votar a Medida Provisória nº 936, ampliou o

prazo para 31 de dezembro de 2021. Essa MP, dentre outros pontos, autorizou a redução de jornada e salário de funcionários em razão da crise provocada pela pandemia.

Na conversão da MP, no entanto, o presidente Jair Bolsonaro vetou o trecho que tratava da ampliação do prazo. Mas no começo do mês de novembro, o Congresso derrubou o veto, mantendo, portanto, a prorrogação.

O governo tenta, agora, reverter a decisão por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de liminar, ou seja, em caráter de urgência. A AGU afirma, na petição, que a medida vai representar uma perda de R\$ 9,78 bilhões para a União.

Mas, apesar desse argumento, o governo já incluiu a previsão de renúncia na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que serve como base para a discussão orçamentária do próximo ano e foi aprovada na semana passada.

Na ação apresentada ao STF, a

AGU afirma que o processo legislativo foi concluído sem a estimativa dos impactos orçamentários e financeiros. Afirma haver violação ao artigo 113 do ADCT da Constituição Federal e também à Emenda do Teto dos Gastos (nº 95, de 2016) e à Lei de Responsabilidade Fiscal (nº 101, de 2000).

Para a advogada Cristiane Matsuoto, sócia do escritório Pinheiro Neto, esses argumentos não se sustentam. Ela diz que, ao contrário do que o governo alega, existe compensação à renúncia fiscal desde 2011, quando a desoneração da folha de pagamentos passou a ser permitida.

"A Cofins-Importação foi criada junto com a desoneração e tinha efeitos claramente compensatórios à renúncia fiscal. E existe até hoje. Só que agora a alíquota não é mais de 1%, é de 1,5%", diz. "A alegação da União, de que houve violação ao artigo 514 da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, não é verdadeira."

Sobre a suposta violação ao artigo 113 do ADCT, afirma a advogada, o

governo flutua conforme os seus interesses. "Eles estão falando que se não existia previsão na LDO de 2020, não poderia haver postergação de estimativa para 2021. Só que existe um recurso legislativo que trata da renúncia fiscal e o próprio já se utilizou dele", diz ela, citando o Fundo Nacional de Segurança Pública. "Aqui [no caso da desoneração], a previsão existe desde a sua criação."

Um outro argumento utilizado pela AGU para tentar convencer os ministros é de que a prorrogação do prazo da desoneração da folha seria inconstitucional por contrariar a Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que instituiu a Reforma da Previdência.

A advogada Ariane Guimarães, do escritório Mattos Filho, não concorda. Ela diz que o artigo 30 da EC 103 prevê expressamente a manutenção das contribuições substitutivas à folha de salários que foram instituídas anteriormente.

"Prorrogação de prazo não equivale à criação de um novo tributo", diz. Contribuinte, base de cálculo, materialidade, percentual, todos esses elementos estão lá atrás, quando a substituição foi criada, no ano de 2011."

Para Ariane não há "nenhuma inconstitucionalidade na prorrogação" da desoneração da folha. "Nem do ponto de vista financeiro. A prorrogação foi aprovada no contexto orçamentário de uma pandemia, que sinaliza para a flexibilização de algumas regras. Juridicamente, os argumentos do governo não são adequados", afirma.

Entendimento semelhante consta em um parecer elaborado em julho pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. O texto diz que a prorrogação da desoneração é constitucional. Afirma que a Reforma da Previdência impediu que novos benefícios fossem criados. A MP, no entanto, teria prorrogado um benefício criado por uma regra anterior à reforma e, por esse motivo, não seria inconstitucional.

Clippings

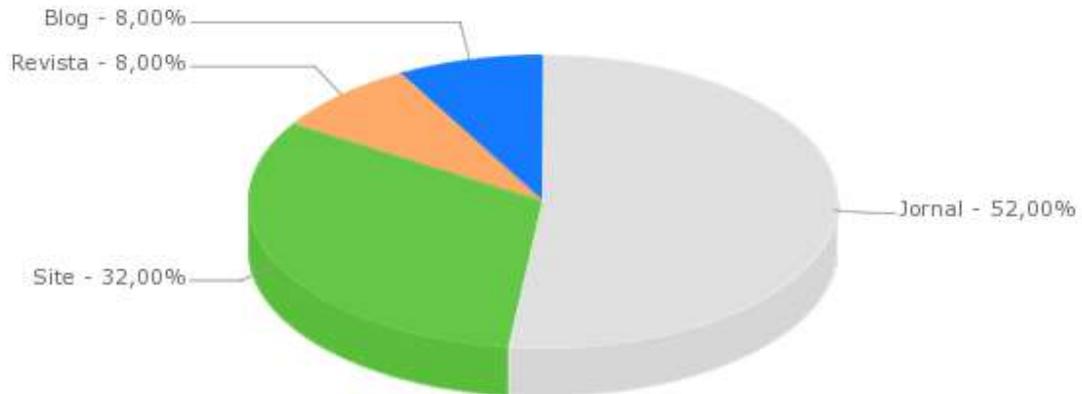
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editori al
18/12/20	Sidney Silva	Blog		RN	Em Natal, Dr. Tadeu consegue garantia de inserir o CISCOM no Plano de Desenvolvimento Econômico Local	Positivo	Matéria		B			
18/12/20	Band Notícias RN	Site		RN	Rio Grande do Norte será palco do Band Verão 2021	Positivo	Matéria		A			
18/12/20	ASN - Agência Sebrae de Notícias	Site	Brasília	DF	Comitê de Negócios de Impacto define pauta estratégica para 2021	Positivo	Matéria		A			
18/12/20	Grande Ponto	Site	Natal	RN	Amaro: Sistema S é indispensável a desenvolvimento econômico e social do Brasil	Positivo	Artigo		B			
18/12/20	Estadão	Jornal		DF	Guedes promete que não vai mais fazer promessas	Neutro	Matéria		A			
19/12/20	Hilneth Correia	Site			Marcelo Queiroz participa do lançamento do projeto "Band Verão"	Positivo	Matéria		B			
19/12/20	Blog do FM	Blog		RN	Senac-RN abre matrículas para cursos de Idiomas com aulas on-	Positivo	Matéria		B			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					line e presenciais							
19/12/20	Jornal O Mossoroense	Site	Mossoró	RN	Em meio à pandemia, vendas no fim de ano aquecem comércio local	Neutro	Matéria		A			
19/12/20	NoMinuto.com	Site	Natal	RN	Prefeitura publica protocolo para retorno das atividades da Rede Municipal	Neutro	Matéria		B			
19/12/20	Estadão	Jornal		DF	Governo quer medida provisória que exclui 500 mil de pagamento do BPC	Neutro	Matéria		A			
19/12/20	Estadão	Jornal		DF	Ultra quer vender rede de farmácias Extrafarma para focar em óleo e gás	Neutro	Matéria		A			
20/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Um recorde com o DNA do comércio e dos serviços do RN	Positivo	Artigo		A			
20/12/20	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Intenção de compras para o Natal recua	Neutro	Matéria		A			
20/12/20	G1 RN	Site		RN	Desembargador suspende decisão liminar e libera festa de fim de ano em Pipa	Neutro	Matéria		A			
20/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Comissão defende	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					combate à covid							
20/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	CNC amplia projeção de vendas no Natal deste ano	Neutro	Matéria		A			
20/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	A vida na planície	Neutro	Matéria		A			
20/12/20	Veja	Revista	Brasília	DF	Todos pela paz	Neutro	Entrevista		A			
20/12/20	Veja	Revista	Brasília	DF	Minhas resoluções de ano-novo	Neutro	Entrevista		A			
21/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Olho na reeleição	Neutro	Matéria		A			
21/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Bomba fiscal	Neutro	Matéria		A			
21/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Auxílio emergencial é a única renda de 36% dos que receberam o benefício	Neutro	Matéria		A			
21/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo aceita alíquota menor na fusão de PIS e Cofins se estados cederem	Neutro	Matéria		A			
21/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Auditoria do TCU aponta erros em série do governo no combate à Covid	Neutro	Matéria		A			
21/12/20	Valor Econômico	Jornal	Rio de Janeiro	RJ	Especialistas não veem chances de união	Neutro	Matéria		A			

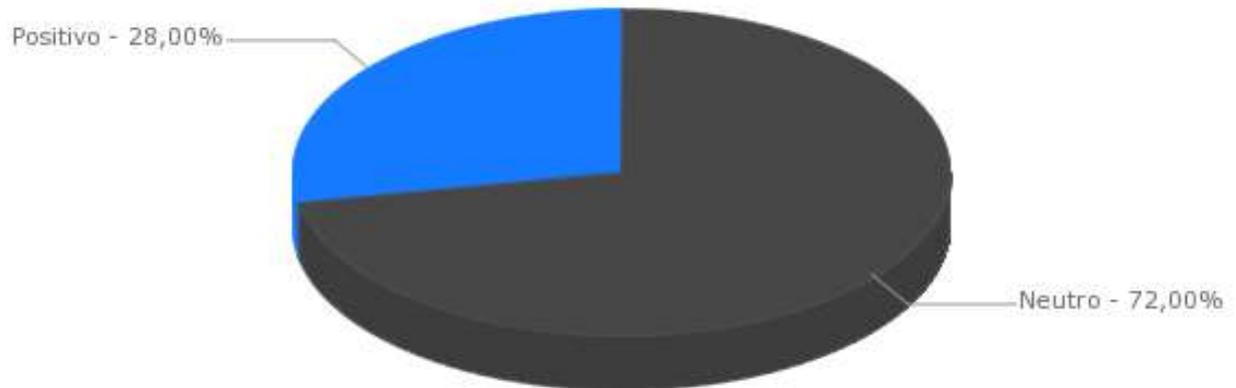
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					derrubar desoneração da folha							
Qtde.: 25												

Clippings por Tipo de Mídia



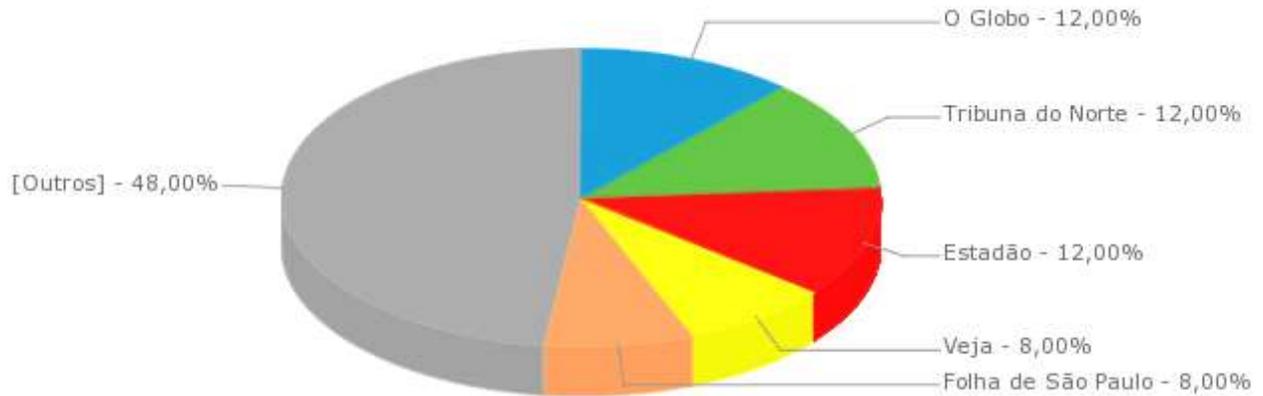
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	13	52,00 %
Site	8	32,00 %
Revista	2	8,00 %
Blog	2	8,00 %
Total:		25

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	18	72,00 %
Positivo	7	28,00 %
		Total: 25

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
O Globo	Jornal	3	12,00 %
Tribuna do Norte	Jornal	3	12,00 %
Estadão	Jornal	3	12,00 %
Veja	Revista	2	8,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	8,00 %
NoMinuto.com	Site	1	4,00 %
Jornal O Mossoroense	Site	1	4,00 %
Tribuna do Norte	Site	1	4,00 %
Valor Econômico	Jornal	1	4,00 %
ASN - Agência Sebrae de Notícias	Site	1	4,00 %
Grande Ponto	Site	1	4,00 %
Hilneth Correia	Site	1	4,00 %
Blog do FM	Blog	1	4,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	4,00 %
G1 RN	Site	1	4,00 %
Sidney Silva	Blog	1	4,00 %
Band Notícias RN	Site	1	4,00 %



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
			Total: 25